

RdE HISTÓRIA



Pelo seu valor histórico e considerando a excelência do trabalho de análise regional que apresentamos para este número da RDE o texto produzido pelo Professor Dr. Luiz de Aguiar Costa-Pinto nos anos de 1952 e 1951. Este trabalho foi publicado nos idos de 1970, pela Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia, na gestão de Mário de Mello Kertész, numa brochura há muito esgotada.

Seu autor L. A. Costa Pinto é doutor em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. Dono de um currículo invejável, em 1993 recebeu o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ninguém melhor que o autor para apresentar o trabalho:

“Em ciência, como de resto na vida cotidiana – colocar corretamente um problema significa mais de metade caminho necessário para compreendê-lo e resolvê-lo. A intenção deste trabalho é, precisamente, colocar em termos sociológicos o problema do Recôncavo e da experiência humana, de vasta envergadura, que ali está em processo, no laboratório social em que é se tornou.

Em verdade parece não haver dúvida que existe, entre o nível das referências, das insinuações, dos comentários, das notícias e o nível da pesquisa aprofundada, exaustiva, completa, a que esperamos e aspiramos atingir um dia – lugar bastante para um tratamento intermediário da questão, como nota prévia, que resulta de uma primeira coleta de dados no campo e de uma primeira reflexão sobre esse material, procurando e preparando, como uma sistematização de hipóteses de trabalho, o aprofundamento da pesquisa e a sua elaboração final.

Em 1952-53, a convite do Professor Giorgio Mortara, com éle colaboramos no planejamento de uma série de estudos básicos sobre a Bahia, preparatórios do que deveria ser um futuro “Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado”. Esses estudos, embora não chegassem a termo, ensejou-nos nova visita ao Recôncavo novas observações e contactos com a região e, sobretudo, o levantamento de abundante documentação histórica e estatística que alargou de muito o acervo de dados anteriormente coletados.

Escusado é dizer que o trabalho de campo, a consulta bibliográfica e a reflexão sistematizada sobre os problemas aqui tratados muito se beneficiaram da vivência e da experiência direta que o Autor, como filho do Recôncavo, acumulou em si mesmo e elaborou à distância, o que lhe permitiu mais tarde, quando retornou ao meio original com a expressa intenção de estudá-lo, tratar e interpretar suas próprias reações materiais de pesquisa e dados de análise, capitalizando assim a possibilidade de ver a realidade de dois ângulos: a familiaridade básica com o meio estudado e a distância suficiente para poder observá-lo. O duplo “insight” que daí resultou responde pela captação de algumas sutilezas que, talvez, noutras circunstâncias houvessem escapado ao pesquisador. (...) O material aqui

elaborado refere-se, sobretudo, aos problemas de mudança social que estão ocorrendo na sociedade regional do Recôncavo, em consequência das transformações em processo no arcabouço econômico da região.

Ali se encontra uma estrutura econômica e social de tipo tradicional, baseada em atividades produtivas e organizada segundo padrões que, sem notáveis transformações, permaneceram, em suas grandes linhas, iguais a si mesmos desde a colonização. As formas e padrões tradicionais de relações dos homens com as coisas e de relações dos homens entre si que, durante quatro séculos, moldaram no Recôncavo um tipo de economia e de sociedade – estão sofrendo profundo processo de mudança, que se iniciou a partir da abolição do trabalho escravo e que hoje se acelera progressivamente, em consequência da crescente industrialização que gera um novo enquadramento para as relações sociais e um novo nível, e estilo, de integração e de vida social.

A análise de alguns aspectos básicos desse processo e a formulação de algumas hipóteses, compondo o esquema conceitual que se propõe para estudos de aprofundamento – eis o objetivo do presente trabalho e da pesquisa de que resultou.

Para realizar esse objetivo, começamos pela apresentação e análise do quadro regional, entendendo-o como uma síntese ecológica, historicamente formada e integrada em torno das atividades econômicas por meio das quais a população do Recôncavo, tradicionalmente, produziu e reproduziu as condições materiais de sua existência, ocupando a terra e explorando os seus recursos.

Ao mesmo passo procuramos analisar os aspectos principais do sistema de organização social que historicamente se edificou sobre essas bases, sistema essencialmente formado pelas relações entre si mantidas pelas classes e camadas sociais que compõem a população e que preenchem a estrutura da sociedade regional. Indicando os principais fatores e processos de transformação da estrutura econômica e social que passaram a atuar no sentido de alterar os padrões tradicionais, lançando as bases de uma nova estrutura e de um novo estilo de relações sociais, procuramos, em seguida, indicar os principais problemas por meio dos quais a mudança social se manifesta, dedicando especial atenção ao processo de secularização da vida social e ao processo de contratualização das relações de trabalho.

Para concluir, elaboramos as bases do esquema conceitual que sugerimos para uma interpretação sociológica dos resultados das análises procedidas e que talvez possa ser útil como guia de estudo de outras situações análogas – no Brasil, na América Latina e no mundo – situações em que, do bojo de uma estrutura tradicional, está emergindo um novo padrão e um novo estilo de vida social. Segundo uma lenda indígena, registrada pelos cronistas dos primórdios do povoamento, a Bahia de Todos os Santos e os seus recôncavos nasceram assim: no começo do mundo, uma pomba muito grande e muito branca, partindo de algum ponto do infinito, veio voando, voando, até que, exausta da

longa jornada, caiu morta no litoral daquela terra que seria o Brasil. Suas alvas e longas asas, abertas no solo, transformaram-se nas praias da Bahia – e, no lugar onde o coração bateu na terra, abriu-se imensa e profunda brecha que as águas do mar preencheram, formando a Bahia de Todos os Santos, cujas margens soberbas foram fecundadas pelo sangue da ave legendária, sangue que hoje ainda jorra, já enegrecido pelo tempo, quando as sondas perfuram as entranhas do Recôncavo.

Todos os que ali nascemos, costumamos ter, não por mera consciência, grande orgulho e veneração pelo berço onde o Brasil também nasceu. Cada um exprime, como sabe e como pode, a ternura que todos sentimos pelo velho, amável e glorioso torrão baiano – e não me escuso de confessar aqui que as páginas que se seguem, mesmo, e talvez especialmente, aquelas acaso mais candentes, exprimem, também, a minha maneira de amar a minha terra e a minha gente.

Rio de Janeiro, abril de 1958.

L. A. Costa Pinto

O RECÔNCAVO COMO UMA SÍNTESE REGIONAL

L.A.da Costa Pinto

Chama-se Recôncavo a região que circunda a Bahia de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil, que ali teve o seu começo e que exatamente ali tem, hoje, uma das perspectivas mais promissoras do seu futuro.

O símile do anfiteatro impõe-se: de fato, a partir das barrancas da margem oriental do São Francisco, as terras baianas descem, em grandes degraus e em declive suave, até o nível do mar, convergindo de várias direções e formando vasto anfiteatro telúrico em torno do epicentro geográfico – e também histórico – que é o grande golfo. Este, terá resultado do preenchimento pelas águas das brechas formadas por um afundamento tectônico remotíssimo, cuja envergadura hoje bem se pode avaliar por essas rugosidades que, em semicírculos concêntricos, de longe se vêm fechando em torno da Bahia de Todos os Santos.

Sob um dos céus mais azuis do mundo, ela abre a grande boca e alarga o fundo colossal, em cujo costeiro recortado, que tem um circuito de aproximadamente 200 quilômetros, abrem-se outras enseadas, esteiros, angras, sacos e lagamares. Sua extensão em linha reta é de 70 quilômetros, que se adentram da Barra Falsa à Vila de São Francisco, e outros tantos distam, na direção Este – Oeste, de Periperi à foz do rio Paraguaçu, que nela desemboca. A abertura imensa, medida do

Farol de Santo Antônio da Barra à Ponta do Garcez, tem a bagatela de 18 milhas marítimas e dentro do golfo encontram-se 35 ilhas de diversos tamanhos.

Em torno da Bahia de Todos os Santos fundaram-se e se desenvolveram os primeiros estabelecimentos permanentes criados por europeus na América Portuguesa e o interesse e o espírito fundamentalmente comerciais que presidiram a colonização, ali encontraram, no vasto ancoradouro, o nicho ideal para sua instalação inicial e para sua expansão seguinte – interesse e espírito que vêm, há quatro séculos, sedimentando no Recôncavo da Bahia o arcabouço de sua economia, de sua sociedade e de seu estilo de vida.

O Recôncavo que, historicamente, segundo o texto das primeiras crônicas coloniais, começou sendo apenas, ou principalmente, o fundo do golfo – dos subúrbios de Salvador à Vila de São Francisco da Barra de Serecipe do Conde transformou esses limites, preencheu com seus característicos econômicos e sociais todo o contorno da baía e hoje constitui, desde o promontório onde está a Soterópolis fundada por Tomé de Souza até às terras de Jaguaribe, onde Gabriel Soares fundou os seus primeiros engenhos – uma unidade regional claramente definida e caracterizada, que tem o seu centro de atração, o seu *chef lieu*, seu ponto de dominação, sua capital, na Cidade do Salvador, que sempre foi e hoje ainda é, antes mesmo de ser capital da Bahia ou do Brasil – a Capital do Recôncavo.

A história e a literatura têm sido, principalmente, os dois modos clássicos de se encarar o Recôncavo e explorá-lo como objeto e como tema. E, de fato, numa área em que o passado é tão rico... e está tão próximo, é difícil resistir à tentação de narrá-lo, tão difícil quanto vencer o fascínio do céu, do mar, da cor, da brisa, da luz, do clima, dos exotismos locais, da culinária famosa, do folclore abundante, da vida fagueira, da paisagem soberba – e deixar de cantar o Recôncavo, em prosa e verso ... Por isto mesmo, ao que saibamos, salvo ensaios de escopo geográfico, êle ainda não foi estudado, sociologicamente, como uma unidade regional, analisado em sua estrutura econômica e social; decomposto nas partes que o formam e de cuja interdependência dinâmica resulta a realidade e a noção de Recôncavo como *área social*, como sociedade regional; e, sobretudo, estudado como campo onde hoje se desenrolam etapas decisivas de um *processus* que resume, embora em escala reduzida, um problema central da sociedade e da sociologia de nosso tempo: o problema das implicações sociais do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Encará-lo dêsse ângulo e observá-lo com esse objetivo, em que pese o possível mau gosto de querer fazer a “anatomia do paraíso” ... é o que tentaremos aqui fazer.

Como área social o Recôncavo é, na verdade, menor do que a região fisiográfica assim denominada nas classificações oficiais e é, por outro lado, bem maior do que apenas o massapé açucareiro, que é como a maior parte dos cronistas, historiadores e a opinião geral têm tradicionalmente delimitado as suas fronteiras. Em verdade, as fronteiras sociológicas do Recôncavo não se representariam por *linhas*, mas sim por *faixas*, faixas de transição, nas quais os seus característicos geográficos, econômicos e sociais mesclam-se com traços típicos de outras áreas adjacentes, que tendem a predominar na medida em que nos afastamos das margens da baía para as matas do Sul, para as caatingas do Sudoeste ou do Nordeste, para as praias do Litoral-Norte.

Em alguns pontos, de fato, a transição é brusca – como em Feira de Santana, por exemplo – e muito provavelmente seria possível encontrar causas geológicas explicando, pela diversa composição dos terrenos, a diversidade da paisagem e das formas de ocupação e exploração econômica da terra. Em regra, entretanto, sai-se do Recôncavo, demandando outras zonas, através de faixas de transição, que só demonstram, aliás, a marcha e as fases do processo de deslocamento de fronteiras que ali tem ocorrido, produto de uma integração regional crescente e dos movimentos aglutinadores de pontos cada vez mais remotos do Estado, que se vão progressivamente integrando sob a ação e a influência comercial, social e política de Salvador, foco e núcleo donde principalmente partem os fatores que estão fazendo do arquipélago baiano o continente da Bahia.

Aqui, a conveniência de assinalar os principais pontos geográficos por onde passam as fronteiras do Recôncavo é, acima de tudo, prática. Trata-se, em suma, de delimitar a unidade de estudo e indicar, com certa precisão, a área da pesquisa.

Do ponto de vista da divisão política, 23 são os municípios do Recôncavo, entre eles incluído o de Salvador. Em face, porém, daquele processo de integração pelo qual os traços característicos da área referida se estão expandindo por uma região geográfica maior – torna-se necessário delimitar, dentro do espaço contido nas fronteiras daqueles municípios, área política, a área social mais restrita que, hoje, apresenta mais integrados as características econômicas e sociais do Recôncavo. Daí a preocupação que temos de indicar, dentro da área geográfica, uma outra – dir-se-ia, sociográfica – que melhor defina o campo real de nossas observações.

Tendo isso em mente é que indicamos o seguinte traçado de fronteiras para a área social do Recôncavo contemporânea aqui estudada: partindo do litoral, logo acima de Ipitanga, onde começam as dunas e praias do Litoral-Norte, a linha segue no mesmo sentido em que corre a estrada de ferro de Alagoinhas

até encontrar Mata de São João; aí a linha-limite inflete para Oeste, para o interior, passando ao Norte de São Sebastião do Passé, pela região do rio Pojuca e de seu vale, até ir alcançar o Norte do Município de Santo Amaro, que é cortado na região entre Traripe e Berimbau, prosseguindo a fronteira até encontrar Humildes, onde seu traçado curva-se para o Sul, correndo paralela ao sentido do litoral, atravessando os leitos do Jacuípe e do Paraguaçu, envolvendo os Municípios de São Gonçalo dos Campos, Cachoeira, Conceição da Feira e Cruz das Almas, que balizam a faixa chamada de “beira campo”; de Cruz das Almas, ao largo de Conceição do Almeida (antigo Afonso Pena), a fronteira volta-se novamente em direção à costa, passando por Santo Antônio de Jesus, e aponta em linha reta para o mar, margeando as Matas do Sul, passando abaixo de Nazaré, Aratuípe e Jaguaripe, até encontrar a praia, nas alturas da Ponta do Garcez, ao Norte da Barra do Jequiriçá.

O que estiver no interior desta linha elipsóide é o que aqui, sociologicamente, estamos denominando de *Recôncavo*. Nas relações dos homens com as coisas e nas relações dos homens entre si que aí se desenrolam – é que vamos encontrar os pontos de partida dos processos que aqui procuramos analisar.

Um simples relance sobre o mapa político da Bahia revela que é aí, no Recôncavo, que a trama municipal é mais fechada, de modo a resultar – num Estado e num País em que há Municípios que são maiores do que muitas nações – que uma área de aproximadamente 6.500 km² se encontre subdividida em 23 comunas municipais. Ao lado do adensamento demográfico, que hoje, como no passado, sempre distinguiu o Recôncavo como uma das partes mais densamente povoadas do Estado, também contribuiu para essa atual subdivisão municipal a ancianidade do povoamento, que ali sedimentou fatores históricos de diversa ordem, tornando as vilas da margem da baía núcleos acesos de espírito local, ciosos de seus títulos e forais e defensores de sua autonomia, mesmo quando esta era meramente formal.

Esta, aliás, é a primeira contradição, o primeiro paradoxo com que topa quem inicia o seu contacto com o Recôncavo através do material secundário, dentro do gabinete e longe do campo: uma região onde existem fatores tão característicos e tão atuantes de unidade, é aquela, entretanto, que do ponto de vista político e administrativo e comparada com outras regiões do Estado – apresenta-se mais partida e repartida em átomos municipais, sendo um deles, S. Felix, o menor Município do Brasil. Dificilmente encontraremos, neste país, uma área geo-socio-econômica tão caracteristicamente definida pela presença de fatores regionais de unidade que, por outro lado, esteja tão pulverizada no plano político-administrativo, como é o Recôncavo.

Julgamos que o fio condutor que fundamentalmente nos levará à compreensão desse *puzzle* passa e se enraíza no terreno de um problema que carece de ser particularmente considerado antes de prosseguirmos qualquer outra análise. Esse problema é o das sub-regiões que constituem a região do Recôncavo e de cuja interdependência dinâmica e objetiva resulta a unidade sociológica do Recôncavo como um todo. Abordando a questão deste ângulo é que poderemos entender o Recôncavo como uma sociedade regional estruturada à base de uma síntese ecológica, que historicamente se formou e se desenvolveu em torno das atividades por meio das quais a população que ali vive, ocupando a terra e explorando os seus recursos, produz e reproduz as condições materiais de sua existência e forma o meio social em que vive.

Ver-se-à, então, que a noção de anfiteatro de início justificada geograficamente, quando descrevemos os seus contornos físicos – adquire, agora, significação histórica e conteúdo sociológico, animando-se o palco com o aparecimento dos personagens e com o desenrolar do cotidiano e contínuo processo de relações concretas entre homens, seres e coisas.

A unidade – e a complexidade – do Recôncavo, encarada desta forma, resulta, assim, não só das identidades, ou semelhanças, encontradas entre as diversas partes que o compõem, mas, e talvez principalmente, das diferenças de estrutura e função que existem entre essas subunidades, que se ligam, por um processo complexo de interdependência e de especialização, num conjunto harmônico, embora não uniforme. Aqui se pode observar, mais uma vez, a esse propósito, que a idéia e a realidade de uma unidade regional, sociologicamente encarada, não corresponde a uma estrutura simples, de segmento único – noção simplista que está no fundo de grande número de estudos de áreas e de comunidades já feitos neste e noutros países. Pelo contrário, é precisamente na coexistência interdependente, dinâmica e complexa de tipos sociais definidos e distintos, porém complementares, que se funda a unidade de uma área social, que é síntese, muito mais do que apenas soma, dessas partes que a compõem. Essas unidades menores, funcionalmente interligadas, estão para a estrutura regional – assim como a estrela para a constelação, a ilha para o arquipélago, a árvore para o bosque, o órgão para o organismo.

Dáí decorre, no plano metodológico, que do mesmo modo que não é possível *compreender* sociologicamente uma sociedade regional sem entendê-la como uma síntese, também não é possível *estudá-la* sem antes fazer a análise – ainda que aqui não a façamos exaustiva – do sistema funcional de que ela resulta. Desse modo, os fatores de unidade e de conservação, de um lado, e os fatores de

diversidade e de mudança, de outro – que sempre encontramos no bojo de uma sociedade regional – não são excrescências a serem sentimentalmente louvadas ou lamentadas – de acordo com a feição temperamental dos que a observam: são antes manifestações concretas e processos básicos do funcionamento, assim mesmo contraditório e complexo, de uma realidade única e objetiva que é a estrutura social, dentro da qual a vida social flui e decorre do jogo dialético da mutabilidade e da continuidade – em todos os planos.

Aplicando essas premissas conceituais ao caso concreto do Recôncavo, julgamos que, desde os primeiros tempos de seu povoamento, dois grandes fatores têm operado no sentido de sua unidade: a) a Bahia de Todos os Santos e b) a Cidade do Salvador.

De fato, quer no plano estritamente geográfico, quer no mais largo sentido ecológico – o golfo tem sido o ponto focal de convergência da vida dos núcleos humanos que em torno dele se desenvolveram; de outro lado, a Cidade do Salvador, mercado consumidor, centro político – administrativo, porto e porta de passagem dos contactos e relações com o mundo, é ponto dominante na região que margeia a baía e representa, no plano econômico, social e político, o núcleo de onde partem influências aglutinadoras sobre todo o Recôncavo, que tende cada vez mais a se transformar numa grande *região metropolitana* cercando a sua capital, com a qual mantém laços crescentes de comércio material, social e psicológico. O maior, ou melhor, grau de “eficiência” com que a capital tem desempenhado esse papel – tem sido objeto de análises e discussões¹ ninguém pode negar, entretanto, que ela desempenha, e historicamente sempre desempenhou, uma natural função de fator básico no processo de integração da unidade regional do Recôncavo.

Sobre, e além, desses dois elementos constantes da unidade e de unificação da sociedade regional, outros fatores se têm sedimentado em quatro séculos de história. Entre eles está a própria história e a tradição local que, ao envolver com seu manto toda a região do Recôncavo, lhe confere uma clara unidade sócio-psicológica, que se traduz num inconfundível estilo de vida e de comportamento.

De outra parte, ao lado dos fatores de unidade, existem e funcionam, também, os fatores de diversidade interna, as variantes e as adequações locais da estrutura regional. No nosso modo de entender, esses fatores de diversidade residem, principalmente, no modo característico com que se

¹ Milton Santos - *O Papel Metropolitano da Cidade do Salvador*, Bahia - 1955

apresentam no Recôncavo duas coordenadas fundamentais da vida humana: tempo e espaço.

No que se refere ao tempo, a impressão de diversidade dentro da unidade resulta daquilo que Pinder chamou a *contemporaneidade do que não é coetâneo*² ou seja, concretamente, a coexistência, com que se topa a cada passo no Recôncavo, da quase pré-história com a era industrial, o que o assemelha a uma estrutura sedimentária, onde encontrássemos camadas justapostas de terrenos que geologicamente estivessem separadas por distâncias imensas no tempo. Sendo, como é, uma estrutura econômica e social que se desenvolveu sem plano, fundada no trabalho do escravo, na exploração monocultora da terra e guiada pelos interesses de uma agricultura comercial, o espontaneísmo de seu desenvolvimento resultou, inevitavelmente, em profundas assimetrias e contrastes que chegam, alguns, a ser chocantes, pois os encontramos não somente no plano da tecnologia, da organização da produção, do comportamento ergológico, em suma, da subestrutura econômica – mas também no plano das atitudes, dos valores, do comportamento, das normas e pautas de conduta. Em diferentes esferas da vida cotidiana, com facilidade e com freqüência, transita-se do primitivo ao moderno, do medieval ao contemporâneo, do pré-industrial ao super-capitalista, do auto-consumo ao consumo-conspícuo – pois aqui o tempo, parece, não fluiu sincronicamente e deixou atrás de si grandes vazios, hiatos enormes, criando, em meio a uma floresta de árvores muito altas, clareiras onde apenas floresce vida rasteira, vegetativa e anônima.

De outro lado, no que se refere ao espaço, a impressão de diversidade no Recôncavo resulta, sobretudo, das adequações locais da vida regional. São resultantes, ou precipitados, mais diretos e imediatos, do ajustamento ecológico, da adaptação do homem ao meio, em torno dos quais se formaram, sempre ligados a uma atividade econômica predominante e definidos, os diferentes quadros da vida regional, tendo, cada um, a sua função específica no painel que formam. As atividades da pesca, do transporte marítimo, do comércio, da cultura e industrialização do fumo, do cultivo e transformação da cana de açúcar, o novo setor do petróleo, o núcleo urbano de Salvador, a agricultura de subsistência, etc. – são estas formas específicas de ajustamento, que caracterizam diversas zonas ou sub-regiões formadas em função das especializações da economia regional e relacionadas entre si por teia intensa e variada de intercomunicações comerciais, sociais e psicológicas.

Como se vê, a unidade regional e a diversidade local do Recôncavo é, acima de tudo, um *processus* que, em lento, porém contínuo desenvolvimento, sedimentou uma sociedade regional bem definida, assentada numa economia extremamente variada nos

tipos e níveis de atividade, sociedade cujo corpo é um sistema de estratificação social complexo, mas perfeitamente discernível e cuja cúpula, encimando e coroando a estrutura, é um conjunto de instituições e de valores sociais engendrados pelo seu próprio funcionamento histórico, instituições e valores em que se traduzem o seu estilo de vida e a psicologia social de sua gente.

Sendo a vida social e econômica do Recôncavo uma resultante da presença e da atuação desses fatores de unidade e de diversidade, impõe-se, para prosseguir o estudo de sua estrutura em mudança, analisar as principais configurações sócio-econômicas ali encontradas, que caracterizam, por sua vez, as suas diferentes zonas ou subáreas,

Parece-nos justo distinguir, no Recôncavo, as seguintes subáreas:

1. Zona da pesca e do saveiro – na orla marítima e nas ilhas;
2. Zona do açúcar – nas terras do massapê;
3. Zona do fumo – mais recuada do litoral;
4. Zona da agricultura de subsistência – área descontínua, conjunto de manchas, roças de mandioca, milho, feijão, hortaliças, frutas, associadas ao pequeno criatório – que se espalham por todo o Recôncavo, completam outras culturas principais (principalmente a do fumo), concentrando-se mais na direção das fronteiras do Sul e do Sudoeste;
5. Zona do petróleo – ainda crescente, definindo agora os seus limites geográficos pelo processo ecológico de invasão de outras zonas, originada e concentrada, entretanto, nas mesmas terras do massapê açucareiro, nas ilhas e na orla marítima;
6. Zona urbana de Salvador – de características metropolitanas, ou quase, cuja existência, crescimento e função – como centro de consumo, de comércio, de redistribuição, de serviços, de influência política, de controle administrativo, de vida intelectual, de contactos com o mundo – representa um dos principais fatores, simultaneamente, de unidade e de diversidade do conjunto.

Quem faz idéia primária do que seja uma unidade regional há de se surpreender, por certo, com a identificação, em seu bojo, de tantas outras subunidades, no nosso caso, nada menos do que seis. O fato, porém, é que uma estrutura regional, no plano sociológico, resulta da presença e da interdependência dessas configurações menores, distintas e

² Wilhelm Pinder - *El Problema de las Generaciones en la Historia del Arte de Europa* (Trad.) Biblioteca Sociológica, Ed. Losada, Buenos Aires, (1946) - pg. 15

complementares, e se explica, acima de tudo, pelo processo extremamente dinâmico e mutável de suas recíprocas relações.

Embora o processo de mudança social que hoje se desenrola no Recôncavo se manifeste, como veremos, em todos os setores de sua vida econômica e social – deve-se ter em mente que, nas quatro primeiras zonas acima indicadas, é onde encontramos ainda mais presentes e mais puros – às vezes com pureza quase original – os remanescentes e as sobrevivências dos padrões tradicionais de relações econômicas e sociais; as duas últimas zonas enumeradas – a do petróleo e a urbana – embora a recíproca também seja verdadeira e aí encontremos, não poucas vezes, a presença viva do padrão tradicional – elas, entretanto, representam e concentram – ou simbolizam – o novo padrão de economia e de sociedade que ali se está desenvolvendo, assim como os processos mais profundos que o estão configurando. No momento, ou tempo, ou fase em que hoje o podemos observar, o processo de mudança social que se desenvolve no Recôncavo apresenta diferentes ritmos em cada uma das estruturas parciais que caracterizam essas distintas zonas, donde resultam essas diferenças e contradições internas que indicam, ao mesmo tempo, como a transformação está em processo e, por outro lado, como ainda está longe de se completar.

A casuística necessária à confirmação dessas hipóteses deverá resultar da descrição tipológica, que sumariamente será feita a seguir, das subáreas do Recôncavo.

A ORLA, O MAR E AS ILHAS

A primeira franja litorânea da Bahia de Todos os Santos é uma paisagem de extraordinário encantamento. Com orgulho os revolucionários baianos de 1823, quando se ergueram em armas para expulsar as últimas tropas lusitanas do Brasil, convocaram, em proclamação, os “povos do Recôncavo” para libertarem o que chamaram “a mais bela região do Novo Mundo”. A grande baía, suas águas, suas praias, suas ilhas, formando paisagem de cartão postal, não constitui aqui apenas o proscênio: ao contrário, é o próprio quadro da vida cotidiana, do trabalho, da luta pela vida, o que nos dá as razões profundas e objetivas que explicam como o mar é não somente tradição mas realidade viva na vida daquela gente ribeirinha. Atrás do tema e da legenda do mar no Recôncavo está uma realidade mais obscura, porém mais constante e diuturna, que é a vida e o trabalho das populações praianas – alguns milhares de pessoas para quem o mar é o ganha-pão, que vivem nele e dele vivem, fazendo do saveiro sua montaria, do mar sua oficina e da bravura uma rotina.

O comércio e o transporte, a produção artesanal, a extração, a coleta e a pesca são as atividades econômicas fundamentais em que assenta a vida nesta faixa do Recôncavo. O pescador, o marinheiro, o artífice, o oleiro, o trabalhador de caieira, o cortador de lenha e piaçava resultam, como tipos ocupacionais, de uma adaptação ecológica e de atividades econômicas que pouco ultrapassaram o nível tecnológico da coleta e da extração. Por isto mesmo a história do que se poderia chamar de sistema econômico nesta zona tem consistido, em sua maior parte, numa perda constante de terreno ao contacto e na concorrência com novas situações emergentes, novas necessidades e novas técnicas, processo que vem ocorrendo, e se acelerando, paralelamente à integração da população que ali trabalha no menos romântico dos sistemas sociais, dentro do qual, pela força da lógica inflexível do próprio sistema, a figura mais ou menos legendária do praiano se vai tornando, cada vez mais, um autêntico proletário, sobretudo na condição, e mais lentamente, no estado de espírito e no comportamento.

Entender o praiano como tipo econômico e social, é hoje, em grande parte, compreender as razões, os fatores e as conseqüências dessa integração crescente numa economia empresarial e os modos pelos quais essas mudanças estruturais se refletem no comportamento daquela gente, descaracterizando a legenda e enquadrando o homem num novo padrão fabricado com os materiais que a transformação em processo vai fornecendo.

A análise desse processo deve começar tendo em mente que o Recôncavo atraiu o primeiro colonizador por suas vantagens naturais como ancoradouro de naus de comércio; a Cidade do Salvador nasceu, desenvolveu-se e ainda hoje permanece, acima de tudo, um porto, porto marítimo, de onde se irradia e para onde converge desenvolvido comércio, que sempre se manteve com os mercados europeus para onde iam os produtos nativos da terra ou os que nela passaram a ser produzidos; com os mercados africanos, de onde vinham escravos e produtos típicos necessários à satisfação das necessidades criadas pela presença e pela influência desses escravos e para onde iam, sobretudo, fumo e aguardente, moedas do comércio negreiro; com os mercados e portos de outros pontos do país – a partir do momento em que a expansão do povoamento foi criando outros núcleos no litoral; e, também, com outros portos, cidades e vilas que contornam a Bahia de Todos os Santos – S. Francisco, Santo Amaro, Saubara, Cachoeira, São Felix, S. Roque, Maragogipe, Nazaré, Jaguaripe, Itaparica e tantos e tantos outros satélites que giram na órbita comercial de Salvador e formam, com o seu mercado urbano de mais de meio milhão de habitantes,

uma rede intensa de trocas que sempre eram e ainda têm no mar uma grande via de ligação. .

A esse comércio e transporte, de mercadorias e de pessoas, está dedicada a maior parte da frota de saveiros do Recôncavo, atividade que ocupa ainda elevada mão-de-obra. Hoje o maior volume físico desse comércio faz-se no sentido de trazer, de outras partes do Recôncavo para Salvador, alimentos, matérias-primas e produtos manufaturados. No passado, entretanto, a concentração monocultora dos engenhos na produção do açúcar, que os fazia depender da importação até de alimentos trazidos de outros sítios do Recôncavo e a inexistência das alternativas que hoje aparecem e florescem – a ferrovia, a rodovia – fazia do mar a única via de comunicação e desenvolveu grandemente o transporte marítimo, cuja importância e significação, quer econômica, quer social, hoje, visivelmente, tende a declinar. Como exemplo, mero exemplo, deste declínio na significação social do transporte marítimo no Recôncavo – sem falar no econômico – basta recordar que, no passado, costumava-se empregá-lo até como transporte urbano, para deslocamentos entre bairros de Salvador, com o que se evitavam as ladeiras das encostas e a lama dos baixios.

Comprar, transportar, embarcar, velejar, descarregar, vender ou entregar e recomendar, indefinidamente, esse circuito, eis a tarefa do embarcador do Recôncavo, que faz isso nos quatro cantos da baía, conduzindo seu saveiro com a prática dos anos, sob a proteção de mil e uma divindades, exorcismos, credences e superstições e mais com o único instrumental de seus músculos, sua coragem, sua memória e, às vezes, com a ajuda de um “carregador”, que coopera, em regra, no carregar e descarregar, enquanto que ele, dono ou responsável pelo barco, além de fazer a estiva, é o capitão da embarcação.

A natureza rudimentar das operações, dos instrumentos e da técnica utilizada no trabalho, permite que o mesmo homem, amanhã, saia para pescar, ou vá catar mariscos no mangue, ou se engajar numa olaria, numa pedreira ou numa caieira, ou apanhar coco, cortar lenha ou piaçava – ou fazer qualquer coisa que ele ali encontre como atividade remunerada – sucessiva ou simultaneamente, uma atividade complementando a outra, todas exigindo dele pouco mais do que ter força física e ser um “cabra disposto” já que o nível de especialização do trabalho e desenvolvimento das atividades produtivas não exigem muito além disso para realizar o objetivo permanente e inevitável de ganhar a vida dentro dos mínimos limites aos quais tradicionalmente se restringiu.

Olhando de fora, de longe e do alto, do ângulo em que é encarado pelas camadas que estão acima dele na hierarquia social, sobre esse homem a impressão corrente é a de que se trata de um aventureiro, desligado do lar e de tudo, livre e autônomo, dono de si mesmo, sem saber, por completa ignorância, usar essa “autonomia” e essa “liberdade” para (como se diz) “juntar dinheiro e melhorar de vida”. A quase totalidade dos depoimentos recolhidos de informantes das camadas superiores convergiam para este ponto: “no trabalho do mar não há sistema; não há nada organizado; o homem do mar é como cigano sobre as águas, hoje aqui, amanhã ali – é o destino deles e não adianta querer modificar.”

Com o faro aguçado pela estranha falta de sistema que ocupava, no Recôncavo, só no transporte de mercadorias e na pesca, em 1940, 8.000 pessoas; depois de muita viagem de canoa e de saveiro, de muita “conversa puxa conversa” com os homens do mar e com pessoas familiarizadas com sua vida e seu trabalho; depois de muita e íntima convivência em tascas sórdidas com embarcadiços do Mercado Modelo, Preguiça, Barra e Curtume; Saubara, Maragogipe, Madre Deus; Mar Grande, Nazaré, Jaguaripe – afinal, julgamos haver encontrado o “sistema”, que consiste nesse comércio entre Salvador e o colar de cidades e vilas que orlam a baía.

Quem quiser compreender a trama desse comércio não se deve limitar a observá-lo em Salvador. Deve ir também aos portos, feiras e armazéns das localidades do Recôncavo onde os saveiros vão buscar quase tudo que de precíval, ou mesmo não precíval, a população da capital consome, inclusive material humano – e para onde levam quase tudo que Salvador exporta, ou re-exporta, para as localidades do contorno, pois só assim verá o funcionamento da economia regional e do seu sistema.

É uma rede contínua de comércio que leva e traz, pelas águas da baía, dos outros portos do Recôncavo para as rampas de Salvador e vice-versa – as frutas, as verduras e hortaliças, pequenos animais vivos, mariscos, carne verde (embarcada em S. Roque, louça de barro, temperos e condimentos, azeite e gorduras, farinha de mandioca, milho, feijão, cachaça, carne-seca, fumo, cordoalha, carvão, lenha e uma enorme variedade de produtos artesanais, além de telha, tijolos, madeira, cal e outros materiais de construção, sem falar no abastecimento contínuo de população rural que se urbaniza, especialmente de empregadas domésticas. De retorno, vai de Salvador para o interior, cimento, sacaria, bebidas e refrigerantes, tecidos, quinquilharias, ferramentas, produtos manufaturados, medicamentos, porcelana, vidro, o jornal diário, recados, encomendas, correspondência – sem falar na montanha de matéria plástica e em tudo mais que a Bahia, o Brasil e o mundo produzem e exportam para o Recôncavo.

Nos mercados, feiras, portos e rampas de desembarque, às vezes adquirindo a mercadoria diretamente no saveiro, abastecem-se muitos consumidores; o mais frequente, e cada vez mais, entretanto, é que ali as mercadorias seja adquiridas por atravessadores e revendedores, que abastecem os ambulantes, as feiras periódicas, os armazéns e quitandas. Da regularidade desse comércio dá exemplo, para citar um dos mais expressivos, a feira de Água de Meninos, antes semanal, hoje tornada permanente – e quase dantesca, pela promiscuidade e sujeira que só rivalizam com a de certos bazares e mercados da África, do Extremo Oriente ou de outras fronteiras do mundo, onde as condições de uma economia não-racional envolve a formação do lucro numa atmosfera de “cor local” que costuma ter grande significação turística.

A mão-de-obra dedicada a esse comércio e transporte marítimo ocupa, em regra, no seu sistema, uma das seguintes posições:

1º) o saveirista é o próprio dono do barco e executa a tarefa por conta própria, só ou com a ajuda de pessoas da família, ou com um camarada assalariado seu. Essa modalidade é, hoje, a menos frequente;

2º) o saveirista é empregado assalariado do dono do saveiro, geralmente um comerciante, que tem um ou mais barcos que aluga a frete, como fonte de renda ou os utiliza apenas para transporte de suas próprias mercadorias. Esta forma tende, cada vez mais, a se tornar predominante;

3º) uma forma de transição, que fundamentalmente reproduz a anterior com a única distinção de o saveirista receber sua remuneração pelo sistema de meia: o lucro dos fretes é dividido meio a meio entre o proprietário do barco e o embarcado que com ele trabalha. Com a crescente predominância do salário em dinheiro como forma de remuneração do trabalho, pode-se dizer que esta é também uma variante que tende a desaparecer.

Neste giro comercial a figura do “atravessador” tende, cada vez mais, a se impor, porque manipulando maior volume de capital, pode ir às roças e comprar toda a produção, controlando o seu escoamento e tomando-se um elo fundamental na cadeia de intermediários que separam o produtor direto do último consumidor. O atravessador, no comércio regional do Recôncavo, por ser figura relativamente recente e por se estar ainda desenrolando o processo de seu aparecimento no mecanismo do mercado – exemplifica de maneira expressiva um fato que muitas vezes ocorre nos sistemas econômicos atrasados, que ensejam a formação de traços monopolísticos – não por serem altamente organizados e altamente produtivos, mas precisamente, por serem larvários e não-racionais.

Irmão gêmeo desse sistema de comércio marítimo no Recôncavo é o que funciona na atividade pesqueira: a força de trabalho sai da mesma reserva, o instrumental básico do trabalho, mais que rudimentar, é fundamentalmente o mesmo e as águas da baía representam, para ambos, o mesmo campo a lavar.

A pesca, como forma de ocupação, por ser mais antiga e mais revestida de legenda, muitos supõem ser a forma predominante de atividade e ocupação das populações praianas do Recôncavo. A verdade, porém, é que a pesca, de um lado, e o comércio de transporte de mercadorias, de outro, vivem ali num regime de simbiose, uma aparecendo como atividade complementar da outra, ambas se integrando, cada vez mais, no mesmo sistema de organização social da produção.

Em relação ao pescador ainda é mais nítida a impressão de que se trata de um produtor “autônomo”, um aventureiro, inadaptável à disciplina do trabalho, operando sem chefes nem patrões, produzindo por conta própria, velejando o seu barco como o vaqueiro monta o seu cavalo. Embora sejamos dos primeiros a encontrar uma poesia infinita na vida e na paisagem praia dos litorais e enseadas da Bahia – o fato é que, entretanto, atrás da poesia e da legenda, o tipo humano que ali vive o seu cotidiano de penúria é um batalhador assalariado, muito mal remunerado, aliás, parte de um sistema econômico cujo sustento e essência vem a ser, precisamente, a exploração do seu trabalho.

No fundo do sistema, e como seu fundamento, está o trabalho criador de uma camada cuja posição social se caracteriza pela extraordinária desproporção entre o quanto depende do seu trabalho o funcionamento do sistema e o quanto, em troca desse funcionamento, lhe resulta corno benefício.

Três são, numa apresentação esquemática, os tipos sociais de trabalhadores que encontramos na economia pesqueira do Recôncavo:

a) o assalariado *tout court*, que tem a pesca como única atividade profissional;

b) aquele que tem a pesca como atividade suplementar, trabalhando na condição de assalariado numa dessas atividades ou em ambas;

c) e, finalmente, o que exerce sua atividade na condição que se costuma chamar de “trabalhador autônomo”.

Em regra, o primeiro deles, o típico trabalhador assalariado, é encontrado na pesca de alto mar ou na pesca de arrastão. Na Pituba, Amaralina, Itapoã, Armação, Rio Vermelho, Barra – encontram-se na beira da praia, as colônias características – melhor seria dizer taperas – em que eles se reúnem, trabalham e vivem. A remuneração do trabalho é feita por tarefa,

dividindo-se o produzido entre o pescador e o proprietário da rede, dos implementos de trabalho, da canoa, detentores do privilégio oficialmente concedido, de fazer a pesca em determinadas faixas do litoral, delimitadas por contrato. Este contratante inverte na indústria da pesca o seu capital como qualquer empresário e o trabalhador, usando os instrumentos de trabalho que o contratante lhe fornece, produz, na jornada de trabalho, uma parte para si, que é teoricamente pode vender a quem quiser mas sempre vende ao próprio contratante – que por sua vez revende aos arrematantes – e a outra parte que é entregue ao dono dos meios de trabalho. A partilha, ao tempo da coleta de dados procedida, era feita na base de, em cada 100, 80 eram “da canoa” (ou seja, do dono da canoa) e 20 dos pescadores, repartida a quota entre os membros da equipagem.

No segundo tipo de pescador que tem essa ocupação como complementar de outra, as variações concretas são inúmeras. São artifices, lavradores, operários das fábricas de cal ou olarias, estivadores, embarcações, coletores de piaçava, cortadores de lenha, colhedores de coco e mil outras coisas que em certas épocas do ano, certos dias da semana, certas horas do dia servem-se das paradas, obrigatórias ou voluntárias, em sua atividade principal para suplementar a sua remuneração com o produto da pesca. Esta pesca, por sua vez, pode consistir desde a pura coleta de caranguejos no mangue até a pesca de linha ou de vara, no interior ou no litoral aberto. O produto ou é vendido diretamente ao consumidor, ou aos arrematantes, ou consumido pelo próprio pescador para seu sustento e de sua família.

Esse tipo de atividade pesqueira é largamente difundido no Recôncavo e embora pareça eventual e biscateira como atividade econômica tem, entretanto, função importante e definida não só no sustento dos que a ela se dedicam, mas também no abastecimento de pescado aos consumidores, especialmente de certos tipos de peixes e mariscos. Nos meses de verão, quando as praias e ilhas do Recôncavo se enchem de veranistas que fazem da pesca um esporte, é quando esse tipo de pescador cessa por completo sua outra atividade e passa a dedicar-se exclusivamente à pesca ou à coleta de mariscos nos mangues, não raro servindo também de guia e mestre de pescador esportivo, de quem recebe salário ou gratificação e a quem se liga como um agregado, disponível, inclusive, para outros serviços.

A frequência da ocupação na pesca como atividade complementar de outra, de inúmeras outras, explica-se, de um lado, pelo fato de “estar no sangue” e no passado daqueles homens o apelo do mar: o índio já pescava e muitas de suas técnicas de pescaria, até hoje, são praticadas sem alterações; na pesca de alto mar a tradição vem principalmente do colonizador

européu, inclusive a da pesca da baleia, hoje praticamente desaparecida da região; não parece ter havido grande influência africana na tecnologia da pesca no Recôncavo senão, e bem acentuada, no preparo culinário do peixe, mas na época do florescimento dos engenhos, ao lado dos escravos do eito, das mucamas e dos cabras de casa, dos negros de moenda e dos cavalariços, toda casa-grande tinha também os seus escravos pescadores, que pescavam para consumo da casa, ou mesmo para o comércio. De outro lado, a suplementação de uma atividade principal com a ocupação na pesca resulta, em grande parte, da natureza não-qualificada da mão-de-obra e do caráter elementar e não-especializado das técnicas de trabalho das mais características atividades da economia regional, o que possibilita uma extrema flutuação da mão-de-obra que, por ser apta a qualquer uma daquelas ocupações, em nenhuma delas se fixa e especializa. Nesse tipo de pescador, que faz da pesca uma ocupação suplementar, e que, não raro, em certas épocas do ano, torna-se principal, e assim alternadamente – encontramos expressivo exemplo desta mão-de-obra biscateira, não-qualificada, flutuante e abundante, cujo volume e preço baixo permitem aos que a empregam fazê-lo com altas doses de desperdício e certo sentido de desprezo pelo que há de rústico e larvário no mundo em que vive essa população.

É esse tipo de pescador, por outro lado, não somente, mas principalmente é, que está dando os últimos golpes na legenda clássica e heróica da pesca na Bahia, dos baleeiros destemidos, dos pescadores do alto-mar, -pois é deles principalmente que partem as práticas furtivas de pesca, das quais a bomba é o exemplo mais difundido, técnica condenável e condenada, que eles procuram justificar como “recurso do pobre” mas que, na verdade, só está contribuindo para diminuir a piscosidade das águas, liquidando assim, com um grande, um dos maiores recursos com que ali sempre contou o pobre para não morrer de fome. Escusado é dizer por outro lado, que este não é o único fator de redução da piscosidade das águas do Recôncavo; no fundo da baía um novo fator está surgindo e já produzindo os seus efeitos, que é a quase inevitável diluição no mar, de resíduos petrolíferos, que afugentam o peixe. O saneamento e recuperação dos mangues, paralela à indústria-lização e urbanização das margens do golfo, por outro lado, faz cessar o campo de extensa atividade, que tradicionalmente ocupava uma grande massa de “caranguejeiros”, coletores de moluscos e mariscos altamente apreciados na região.

Em lugar destas formas tradicionais em desaparecimento na atividade pesqueira, organizam-se empresas, japonesas ou brasileiras, de iniciativa privada ou oficial, para promover a pesca em alto mar, empregando tecnologia mais avançada.

Assim como o anterior, sofre também a concorrência dessas novas formas de organização e tecnologia da indústria pesqueira – o terceiro tipo social do pescador tradicional, o pescador de alto mar. Este trabalha geralmente em equipe, em barco próprio ou alugado, aluguel pago em dinheiro ou com parte do produto. Equipados os saveiros, cheios de gelo, saem ao largo. Demoram-se dias, às vezes semanas, pescando e conser-vando no gelo o pescado; quando enchem o barco volta e vendem o produto na rampa, geralmente em Salvador, na Preguiça, e passam dias na terra gastando a fêria. Consumido o rendimento, voltam ao mar e assim vivem. Este, em princípio, é “autônomo”, não tem um patrão, não se julga serviçal de ninguém – o que na prática significa, em verdade, que a exploração do seu trabalho não está individualizada, mas difusa e é exercida pelos arrematantes do peixe, que lhe compram o produto quando êle chega do mar. Esses arrematantes tendem, cada vez mais, a ser donos do barco, fornecedores do equipamento e do gelo, aos quais o pescador paga com uma quota-parte do pescado, guardando a outra para si, que geralmente vende ao próprio arrematante. Em suma, um assalariado como qualquer outro com a única diferença de ter a ilusão de ser “sócio”.

O pescador de alto mar, pelo tipo de pesca que pratica, que o obriga a demorados afastamentos ao largo e por ser essa pescaria considerada como a que exige maior especialização e técnica – formou e cultiva a tradição de não vender seu pescado ao último consumidor, a varejo. Seria subalternizar o status dêsse pescador aos seus próprios olhos e aos olhos de todos, que, depois de passar longos dias enfrentando o oceano, fosse êle ficar na rampa de desembarque aguardando as donas de casa ou empregadas para vender a retalho o que êle pescou com tanta bravura e sacrifício. Ele vende toda carga de uma só vez aos arrematantes, que fazem os lances, compram a carga do barco em bloco, para revendê-la ao retalhista, que a revende ao consumidor. Esse arrematante é o intermediário típico, que aos poucos se torna financiador e industrial da pesca, empregador do pescador ex- – autônomo até ser tudo dentro dela, estabelecendo, então, as suas condições de monopólio e controle da produção e distribuição do pescado. Cada vez mais, ao pescador fica evidente que não é a ausência, mas a pluralidade de padrões que lhe dá a ilusão de não ter patrões!

As variantes dessas formas básicas de relações de trabalho na pesca no Recôncavo são inúmeras, evidentemente – mas as que encontramos são sempre em torno desses tipos acima indicados.

No processo social da pesca e do transporte marítimo, atividades características da orla marítima do Recôncavo, algumas transformações, mais ou menos recentes, merecem ser apontadas como pontos

de partida da formação de novos padrões de organização social da produção, que emergem como resultado da mudança que está ocorrendo nos padrões tradicionais. Assim, o gelo, mesmo antes do frigorífico digno deste nome, o puro e simples caixão de gelo, apareceu, em certo momento, como fator revolucionário, tanto no plano econômico como no plano tecnológico, propiciando alterações em todo o sistema social da pesca do Recôncavo. De muitos velhos homens do mar, em suas longas e queixosas narrativas, ouvimos referências à pesca’ “de antes” e “de depois” do uso do gelo, indicando, mesmo sem o saberem, o mecanismo do impacto que uma inovação tecnológica relativamente singela, qual seja a de utilizar a baixa temperatura na conservação do pescado, teve sôbre todo o sistema econômico e social da pesca. Antes do gelo os negociantes do pescado eram obrigados a vendê-lo fresco, logo após o haverem arrematado, o que era feito em cautelosa escala e por muitos arrematantes. Por isso mesmo, era muito mais frequente o próprio pescador, voltando a terra, ir logo à procura do consumidor, vendendo êle mesmo o pescado antes que se deteriorasse. Os vendedores ambulantes, de balaio à cabeça – cujo número e importância, pelas mesmas razões, declina a cada dia na distribuição urbana do pescado – era o comprador mais certo com que os arrematantes contavam, tudo se fazendo sem muitos intermediários e em curto prazo, antes que o produto ficasse inutilizado para o consumo. Depois do gelo o pescado é arrematado todo por um número decrescente de negociantes, que estão em condições, pelo controle do mercado, de arrematarem pelo mínimo; o peixe conservado já não carece de venda imediata e o negociante pode aguardar a melhor conjuntura, impor o preço, submetendo os muitos que consomem aos poucos que têm o pescado, cultivando a noção de que pescador que se preza não vende a retalho o seu peixe e incluindo em verdadeira “lista negra” aquêle que o faz.

Nas atividades de transporte marítimo, a inovação tecnológica relativamente recente que determinou fundas alterações nos padrões tradicionais foi, primeiramente, a ferrovia, e depois, mais profundas ainda, a rodovia e o caminhão. Inúmeras falas de Presidentes da Província no fim do século passado, referem-se à guerra de fretes, na qual o transporte marítimo de começo saiu vencedor, como obstáculo à expansão da rede ferroviária do Recôncavo. Mais tarde a Estrada de Ferro de Nazaré vindo até o porto de São Roque, eliminou o tradicional “vapor de Nazaré”, fazendo-se por terra, a partir de São Roque, boa parte da viagem que antes era longa e toda por via marítima.

A rodovia, então – e o Recôncavo é relativamente bem fornecido delas – trouxe o caminhão e, com êle implicações sociais de toda ordem que adiante

teremos, mais de uma vez, de referir. Neste momento interessa-nos apenas assinalar, entretanto, as conseqüências produzidas pela rodovia e o caminhão mesmo nesta orla marítima, como transporte concorrente e competidor do saveiro e que resultou, inclusive, não só no declínio de atividades tradicionais, mas também num desequilíbrio ecológico e numa mudança de função de certas localidades do Recôncavo, como Cachoeira e São Felix, que tinham antes, quando o transporte marítimo era o único, destacada posição como empórios e mercados redistribuidores do que recebiam de Salvador para vender no interior – posição e função hoje praticamente desaparecida em conseqüência do caminhão. A “Bahiana”, companhia de navegação costeira que faz a ligação marítima entre os principais portos e cidades do Recôncavo em sua história, reflete este fato de modo expressivo

A projeção econômica, social e política de outras localidades situadas em entroncamentos rodoviários, é a contrapartida desse declínio de antigos portos e cidades ribeirinhas do Recôncavo, que correspondiam a um padrão tradicional de economia regional, hoje em acelerada transformação.

Da orla litorânea, o mar, as ilhas da Bahia de Todos os Santos, constituindo a primeira subárea que identificamos no Recôncavo, passaram para outras repartições do seu mapa sociológico.

O PAÍS DO FUMO E A ZONA DE AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

Parece ter sido na segunda metade do século XVII que a cultura do fumo passou a ser uma das lavouras típicas do Recôncavo, espraiando-se por uma área extensa que hoje vai do Norte do Município de Santo Amaro, percorrendo extensa faixa de ambos os lados do Paraguaçu, sempre mais recuada do litoral, até, no Sul, ultrapassar os limites do Recôncavo, entrando no Município de Castro Alves.

Consumido na terra, enviado para outras partes do país e para o mundo, parece, entretanto, que um dos primeiros e principais estímulos, senão o principal, à sua produção foi o seu uso como instrumento de troca, como moeda para compra de escravos nas costas d'África. Dir-se-ia que este fato estigmatizou o fumo e atribuiu ao seu cultivo o destino de ser, até hoje, irmão gêmeo da pobreza. De fato, é voz corrente no Recôncavo que “fumo é lavoura de pobre”. E não resta dúvida, que é aqui entre as subáreas do Recôncavo, que atraso e pobreza são mais visíveis, e mais chocantes. As terras onde se planta o fumo são pobres, de composição silico-argilosa, de um amarelo pardacento, secas e arenosas e quer a lama que fazem quando caem as chuvadas, quer a poeira que delas se levanta nas estiagens – têm a cor

esquálida que recobre tudo, que combina e estende a tudo a mesma tonalidade das manocas de fumo que secam nos trapiches, exalando o cheiro da fermentação do tabaco.

No Recôncavo, três tipos de fumo são encontrados – o de mata, o de beira-campo, e o de sertão, que nesta ordem se classificam quanto à qualidade e à reputação como produto comercial. O de mata (Maragogipe, S. Felipe) é o mais fino, cresce à sombra, e hoje se tenta cultivá-lo racionalmente, à sombra de laranjais, para obter tipos selecionados que sirvam para encapar o charuto, substituindo o que para isto se importa de Sumatra; o tipo beira-campo (Cruz das Almas, S. Gonçalo dos Campos, Conceição do Almeida) é o mais comum e em torno dele se concentra a zona fumageira do Recôncavo; o do sertão é o rústico, utilizado para o “fumo de corda”, de folha grossa, que cresce até em plena caatinga ou nos gerais, razão pela qual fica encorpado para defender-se da inclemência do sol.

Em torno do fumo, do seu cultivo, do seu comércio e da fabricação de charutos, vive, praticamente, toda a população desta subárea, quer ocupada diretamente na lavoura, ou na fábrica, quer engajada em uma série de outras ocupações ligadas ao comércio, ao transporte, ao armazenamento, ao beneficiamento do fumo, que é o produto-rei de quase uma dezena de Municípios. A circunstância de a zona fundar sua vida econômica e social num produto agrícola que é manufaturado ali mesmo – lavoura do fumo e fábrica de charutos quase imediata-mente adjacentes – confere à paisagem humana da zona fumageira o mesmo traço característico que se encontrará, adiante, na zona do açúcar onde o canal começa na porta da usina, e onde toda a vida local gira em torno de um binômio econômico agro-industrial, fundado numa cultura predominante. A feição típica da “Company town” que têm algumas cidades da zona do fumo, a multiplicação de pessoas dedicadas a atividades secundárias e terciárias, e de uma população rural não-agrícola ligada aos escritórios das fábricas e aos armazéns e trapiches das firmas exportadoras – são outros aspectos da estrutura e da vida social nesta zona que decorrem do fato dela, historicamente, se haver configurado como decorrência da monocultura do fumo e da sua industrialização, que se expandiram na medida da retração da área do açúcar, hoje concentrada no massapê dos Municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde. A decadência da senhorial cidade de Cachoeira e a ascensão de Cruz das Almas, que hoje é o *chef lieu* do Recôncavo fumageiro, indica, expressivamente, as fases de um processo de sucessão histórica e ecológica, para a qual, mais recentemente, outros fatores de renovação, como o caminhão e a rodovia, também contribuíram decisivamente.

A coexistência de atividades agrícolas, onde persistem todos os tipos arcaicos de relações de trabalho encontrados na estrutura agrária do Brasil – lado a lado de atividades industriais, de tipo nitidamente capita-listas, onde predominam relações de trabalho puramente contratuais, é outro ângulo pelo qual se pode observar, no Recôncavo, como num microscópio, u’á amostra da dualidade estrutural da vida econômica e social tão característica do Brasil como um todo: ali na zona do fumo, os “dois Brasis” referidos por Jacques Lambert³ não estão um no litoral, outro no extremo sertão; estão adjacentes, vivendo numa mesma pequena área geográfica, contradizendo-se reciprocamente, nenhum dos dois possuindo a devida força para se impor como forma predominante de estrutura e de estilo de vida social.

De fato, enquanto que nas fábricas de charutos encontramos tecnologia moderna e organização empresarial, e o trabalho é pago com salário, por hora ou por tarefa, conforme a atividade exercida pelo operário – na lavoura do fumo e na zona da agricultura de subsistência que lhe é próxima, e às vezes, complementar – o perfil da estrutura agrária se caracteriza pela forma tradicional da agricultura brasileira: muita terra de poucos donos, muitos homens sem terra, trabalhando em terra alheia e usando tecnologia agrícola atrasada. Em regra, o fazendeiro tem, em suas terras, nas melhores, culturas próprias de fumo, que ele vende, direta-mente ou por intermédio dos trapicheiros, às firmas exportadoras ou às fábricas, auferindo daí o lucro comercial da transação; outra parcela de sua propriedade ele arrenda a lavradores, auferindo diferentes formas de renda agrícola:

a)renda-trabalho, quando a parceria consiste em o proprietário ceder a terra em troca de alguns dias de trabalho na semana, em que o lavrador é obrigado a trabalhar nas lavouras do proprietário;

b)renda-produto, neste caso, desobrigado de dar dias de trabalho gratuito ao proprietário, o lavrador entrega-lhe uma parte – a terça ou a meia – do que ele produziu como preço do aluguel da terra;

c)renda-dinheiro, quando o aluguel da terra é pago tão somente em dinheiro. Esses três tipos não raro aparecem mesclados, especialmente os dois últimos, cabendo ao lavrador pagar ao proprietário da terra uma parte em dinheiro e outra parte em produtos, não somente da lavoura principal, que no caso é o fumo, mas de tudo o que cultivou, inclusive lavouras de subsistência e até o gado miúdo entra nas obrigações da parceria – porcos, cabras, etc.

Seja qual for a forma adotada, é cláusula obrigatória do contrato verbal em que a parceria se funda, que o lavrador, além de outras lavouras, cultive

o tabaco e venda ao dono da terra a sua própria parte da produção. Esta obrigatoriedade dá ensejo ao fazendeiro de concentrar em suas mãos o produzido por um número grande de produtores não-proprietários, que cultivam terra alheia, permitindo-lhe, na transação com os trapiches ou com as fábricas, quando e enquanto figura como comerciante, beneficiar-se da situação de quem manipula grandes estoques. Por isto mesmo, o fazendeiro considera a obrigação que tem os seus parceiros de vender a ele a parte que lhes toca do produto do seu trabalho – questão fechada, norma inviolável, cujo desrespeito merece não apenas ser punido com rutura de um contrato; quem o fizer, é merecedor de verdadeira expiação, por infidelidade e traição, justificando ser expulso das terras sem remissão e a pecha de ingrato.

Concentrando a produção, própria e de seus parceiros, o fazendeiro da zona do fumo é, hoje, e cada vez mais um agricultor – comerciante, que tende a transformar-se num trapicheiro, como já são os principais da região.

Trapicheiro, na zona do fumo do Recôncavo, é aquele que compra o fumo dos lavradores, destala faz um primeiro e rudimentar beneficiamento, armazena o produto depois de transformado em manocas, estocando-o para revendê-lo às fábricas e firmas exportadoras. O trapicheiro tem uma posição chave no sistema econômico do fumo, pois, como atacadista, para ele converge a produção de muitos fazendeiros e lavradores independentes, aos quais, não raro, ele financia a produção, adiantamentos que são pagos com a entrega no trapiche do fumo colhido na safra. A submissão hipotecária dos fazendeiros menos fortes financeiramente ao trapicheiro é fenômeno comum na economia fumageira e corresponde *mutatis mutandi*, ao processo característico da chamada “fase do intermediário” na economia açucareira, no começo deste século, que resultou, no Recôncavo, como em outras partes, na absorção dos fornecedores de cana pelas usinas.

No caso do fumo, o processo ainda se encontra em etapas menos avançadas do que já alcançou na economia açucareira. De resto, cada vez mais, as fábricas de charutos procuram desenvolver produção própria da matéria prima, onde tentam o cultivo de tipos finos, de capa, para substituir o tipo Sumatra que ainda é importado. Em todos os planos, aliás, é visível o contraste entre as plantações das próprias fábricas e aquelas dos fazendeiros: em regra, o fumo produzido pelos fazendeiros é de qualidade inferior, produzido com técnicas agrícolas mais arcaicas, em regime de parceria, que se caracteriza, no plano das

³ Jacques Lambert – Le Brésil. Structure Sociale et Institutions Politique. Paris: Armand Colin, 1953.

relações sociais, pela quase completa servidão do parceiro ao dono da terra; o fumo produzido nas plantações das próprias fábricas, em regra, é de melhor tipo e qualidade, os tratos culturais são mais aperfeiçoados, tentando-se inclusive a mecanização, que só é possível até certo período de crescimento da planta, antes que ela se torne arbusto – e as relações contratuais, baseadas na remuneração do trabalhador agrícola sob a forma de salário em dinheiro, tendem a predominar.

Dois estilos de relações sociais daí decorrem, o novo e o tradicional, que atraem, inclusive, mão-de-obra recrutada em duas reservas diferentes: enquanto as relações de trabalho de tipo empresarial tendem a atrair a mão-de-obra forasteira, que vem de outras zonas para ali ganhar a vida, como imigrantes de outras partes do Estado, a mão-de-obra local é que principalmente trabalha em regime de parceria nas fazendas de fumo, permanecendo enquadrada nas formas tradicionais e arcaicas de relações agrárias, cuja permanência, por outro lado, determina a emigração para outras zonas do Estado e do País.

Isto não significa, necessariamente, na fase atual em que o processo é observado, mais alto nível de vida, mais segurança e mais vantagem imediata na nova situação comparada com a tradicional, como adiante mais largamente discutiremos; o fato reflete, entretanto, no plano das relações sociais, uma implicação fundamental do processo de mudança social que se desenrola no Recôncavo e que se manifesta em todos os setores de sua estrutura econômica e social. De resto, aqui, o processo de diferenciação do qual tendem a resultar tipos distintos de organização social da produção – está apenas saindo de suas etapas iniciais e mais larvárias. O binômio rural-urbano e as diferenciações entre organização agrária e organização industrial, são processos ainda embrionários na economia fumageira. Se é verdade que faz sentido como mobilidade social e é aspiração comum entre filhos de trabalhadores rurais, virem para a cidade e ingressarem nas fábricas de charutos como operários; se entre eles é fácil notar a formação de uma mentalidade nova em relação a si mesmos e aos seus problemas; se é evidente que eles agem, em relação ao seu ambiente doméstico e local, quando a êle retornam, como fonte de novas formas de comportamento mais secularizadas, não é menos verdade que o fato do proletariado industrial do fumo ser formado pela segunda ou terceira geração de parceiros, meeiros, colonos e trabalhadores de enxada representa a recíproca da influência anterior e contribui, decisivamente, para que nas relações industriais ainda permaneçam vivos, ou tenham uma agonia mais prolongada do que seria de esperar, certos padrões de relações sociais, certos cânones e estilos

de comportamento de tipo paternalista tradicional e ainda predominantes na estrutura agrária, que lhe está próxima e adjacente, histórica e geograficamente. Ou, o que é talvez inevitável, mas por certo pior e sem dúvida mais característico, à desorganização do padrão anterior não corresponde o desenvolvimento imediato de novo padrão para substituí-lo, formando aquele vazio sócio-psicológico no qual flutua o trabalhador urbano e industrial das fábricas e usinas do Recôncavo.

Na indústria do fumo, os aspectos aparentes das implicações humanas desse processo de mudança ganham caráter mais chocante, e quase comovedor, pelo largo emprego que é feito da mão-de-obra feminina, tanto nas fábricas quanto no artesanato. A desagregação familiar e a exploração da mulher trabalhadora, na zona do fumo, como se sabe, têm precedentes antigos noutros países e noutras épocas. Para prová-lo bastaria lembrar a Carmem, que a novela de Prosper Merimée e a ópera de Georges Bizet, immortalizaram como protótipo das “cigarreras” espanholas. No Recôncavo, entretanto, a impressão que se tem é, em certo sentido, precisamente inversa porque o que ali não encontramos foi o “panache”, a petulância e a quase truculência da Carmem, que na Concepción Perez, de “La Femme et le Pantin”, de Pierre Louys, também operária de fábrica de cigarros, chega a extremos delirantes, e que aparece como nota característica do comportamento da mulher trabalhadora do fumo na crescente literatura que a tem explorado como tema. Aqui, nas operárias da indústria fumageira do Recôncavo, pareceu-nos que aquelas reações e aquelas atitudes que noutras partes são apontadas como típicas, são substituídas por uma submissão, um conformismo, uma disponibilidade sexual de u’a miséria física que só fazem acentuar a subalternidade da posição objetiva, como mulher e como operária. Chega-se, às vezes, a formar a impressão de que ali a operária tem dois padrões: o padrão e o seu homem; e a mulher, não raro, dois homens: o seu e o padrão.

Visitar os bairros proletários de Cachoeira, S. Felix, Muritiba, Maragogipe, Cruz das Almas, é ver de perto a pobreza amarela da classe trabalhadora urbana dedicada à manipulação industrial do tabaco. As habitações internamente são escuras, desconfortáveis e equipadas com menos do mínimo necessário para manter um nível de vida humanamente razoável; já as fachadas das casas, habitualmente, são pintadas de cores berrantes, uns vermelhos, azuis, verdes e roxos que inevitavelmente despertam a atenção do forasteiro.

As moças, desde a adolescência, engajam-se nas fábricas e em pouco tempo arranjam companheiro, ao qual comumente sustentam. A intensa utilização da mão-de-obra feminina na indústria fumageira, aliada

ao conhecido padrão de uniões conjugais extralegais, de puro amasiado, tão frequente, entre as classes pobres brasileiras, especialmente no interior – são fatores que, nas áreas urbanas da zona do fumo do Recôncavo, quase institucionalizaram a prática da mulher operária sustentar o companheiro, que passa o dia nos bares e bilhares, jogando dama ou “jaburu” pegando, aqui e ali, um ou outro biscate, quando não, simplesmente, vadiando. Em casa, a tarefa que cabe ao homem é, pela manhã, carregar latas d’água do rio ou da fonte e, à noite, multiplicar a espécie. Advertidos pelo administrador de uma fábrica, pudemos observar, ao fim da tarde, quando silva o apito, a convergência para as esquinas dos quarteirões onde ficam as fábricas e trapiche, de grupos deles, à espera da companheira que passou o dia sentada no chão de um armazém destalando o fumo, selecionando folhas, fazendo manocas ou nas fábricas fazendo charutos.

Essa vagabundagem assim nutrida, cuja significação numérica é quase impossível medir, parece ser um sub-produto social da industrialização do fumo, que se caracteriza pelo largo emprego do trabalho feminino e que ocorre numa região onde predomina a mão-de-obra não-qualificada, típica das atividades tradicionais. Os resíduos humanos desse processo econômico é que ali se transformam nos capadócios, fenômeno típico de certa fase da industrialização do fumo e que, aliás, parece ser universal, conforme assinalava recentemente um especialista⁴.

Em conseqüência disso, a flutuação da mão-de-obra feminina na indústria do fumo é muito grande, sendo a gravidez e o cuidado da prole as suas razões frequentes. Deixando o emprego, a mulher continua em casa a labuta para o sustento dos filhos, dedicando-se à produção doméstica do charuto barato, de fumo grosseiro e consumo popular, feito à mão e colado a saliva, que frequentemente se vê exposto à venda nas janelas das casas ou vendido a varejo, nas praças, nos bilhares, nas estações, à beira da estrada, pelas crianças. Quando a prole se multiplica e a mulher deixa o emprego para dedicar-se à produção doméstica, o companheiro em regra já não é mais o primeiro, e as sucessivas ligações são cada vez mais instáveis e precárias, pois também aqui o “turnover” é instituição que gera uma outra – o matriarcado característico das famílias da classe pobre nesta zona.

O largo emprego da mão-de-obra feminina na zona do fumo desenvolve, como se vê, situações e peculiaridades que emprestam fisionomia própria à estrutura social, especialmente à urbana, que assenta sobre a economia fumageira, distinguindo-se em muitos aspectos não somente da vida social em outras zonas e atividades industriais do Recôncavo – como a do açúcar, por exemplo – mas também, em muitos

aspectos, do meio rural da própria zona do fumo e da zona de agricultura de subsistência com a qual está muito mesclada a lavoura do fumo e na agricultura de subsistência, o trabalhador do campo, enquadrado por uma estrutura agrária arcaica, ganha a vida em dura faina, labutando de sol a sol com a enxada nas roças e malhadas, que se estendem num terreno árido e arenoso, que é quase de caatinga seca. O atraso e a rusticidade da agricultura na zona fumo talvez expliquem o fato de ser ela a única das subzonas que exporta população para fora da região do Recôncavo, que tem sido historicamente, e hoje ainda, um foco de convergência de correntes de migrações internas vindas de outras partes do Estado.

Entre os vinte municípios baianos que diminuíram sua população entre 1940-1950, três deles são municípios que estão no coração da zona do fumo. Nota-se, por outro lado, que essa redução demográfica entre os dois últimos censos afetou, principalmente, a população total dos referidos municípios, mas não a das cidades, onde estão as respectivas sedes, que até apresentaram aumento de população, alguns da ordem de 35 a 40%. Isto parece indicar que a evasão foi, sobretudo, de população rural que se urbanizou e proletarizou, ou que partiu para o Sul.

Na lavoura do fumo e na zona de agricultura de subsistência encontramos bastante difundidas as práticas de ajuda – mútua e o mutirão – que se denomina “dijitório”, corruptela de adjutório. Sua função e o seu estilo seguem o padrão mais frequente no meio rural brasileiro, sem variantes ou peculiaridades dignas de menção. Ao contrário do que ocorreu no massapê açucareiro, a propriedade da terra, aqui, não assumiu a forma de “plantation”, nem a cultura do fumo, embora seja predominante, apresentou em nenhuma época o caráter monocultor estrito que tem a lavoura da cana. Na zona do fumo e da agricultura de subsistência expandiu-se o sistema de aluguel da terra e parceria que sem significar um fracionamento da propriedade, resulta, entretanto, numa multiplicação do número de unidades agrícolas produtivas, exploradas por rendeiros e parceiros. Entre estes é que essas práticas de ajuda – mútua se desenvolvem, em função do atraso das técnicas de produção, e da incapacidade financeira dos responsáveis pela exploração pagarem trabalho assalariado, que é suprido pela troca e pelo somatório da força de trabalho que entre si fazem nas épocas de capina, plantio, colheita ou outras fases do ciclo agrícola em que a atividade individual de cada um não daria, por si só, devida conta da tarefa. É

⁴ Alexandre Vexiliard, *Introduction à la Sociologia du Vagabondage*. Petite Bibliothèque de Sociologie Internationale, Librairie Marcel Rivière et Cic. Paris, 1956, passim

principalmente nestas pequenas explorações de parceria que se faz a agricultura de subsistência, para consumo próprio ou para abastecer as cidades do Recôncavo, principalmente o mercado de Salvador, pelo mecanismo já antes indicado.

O crescimento urbano da capital não só contribuiu para aumentar a procura mas também para diminuir as manchas verdes, hortas e chácaras, nos próprios bairros de Salvador – no Garcia, no Canela, na Federação, em Brotas, nas Quintas – que abasteciam a população urbana de frutas, verduras, hortaliças, aves, ovos, pequenos animais, milho, feijão, etc. Tudo isso teve sua produção estimulada, por mais esta razão, na zona de agricultura de subsistência do Recôncavo, da qual a capital é cada vez mais dependente para o seu abastecimento. Entretanto, nem por isso essas atividades agrícolas revelam ainda um sentido de renovação, mantendo-se atrasadas na sua estrutura e na sua técnica de produção, em que um campo experimental de fruticultura, em Santo Antônio de Jesus, um instituto agrônomo federal com raio de ação para toda a região Leste do País, e uma Escola de Agronomia mantida pelo Estado, em Cruz das Almas, sem falar na existência e na atuação do Instituto do Fumo, instituições que além de procurarem racionalizar as culturas tradicionais, tentam introduzir novas culturas, especialmente a de algodão. Vista a situação de conjunto, a impressão evidente que resta é a de que existe, potencialmente, uma larga margem de atuação renovadora de todas essas instituições sobre as práticas agrícolas rotineiras ali tradicionalmente adotadas, mas que esta ação encontra uma intransponível barreira no fato de dever limitar-se, por definição, ao plano agrotécnico e agrônomo, que é uma resultante da estrutura agrária e sobre a qual elas muito pouco podem diretamente agir por não terem nem poder nem condições para diretamente atuar. Conservar intacta aquela estrutura e querer, dentro dela e a despeito dela, renovar as técnicas e as práticas da produção agrícola, eis o ingrato esquema da tarefa dada àquelas agências e que por si só diz tudo a respeito dos limites da influência realmente renovadora que acaso conseguem ter.

Uma pequena prova disso tem-se ali mesmo, embora em pequena escala, nas experiências de cultura racional e mecanizada do fumo, tentadas pelo setor agrícola de uma fábrica de charutos e que só foram possíveis pela existência de condições de propriedade, administração, relações de trabalho e mentalidade que inteiramente discrepam do tipo tradicional, que funciona à base do regime de parceria. Os principais centros fabris da zona do fumo estão em Maragogipe, Cruz das Almas, Muritiba; em S. Felix ficava a matriz da fábrica Dannemann, hoje cerrada. O aspecto interior desses estabelecimentos tem muito

de peculiar, pelo aroma característico que paira no ambiente, pela presença abundante de mulheres trabalhando, pela grande diversidade de operações realizadas, desde a tarefa mecanicamente feita de picar o fumo, até a fabricação das caixas de charuto e a selagem e embalagem final da caixa, que antes ia por mar, embarcada em S. Felix e Cachoeira, para Salvador, onde era reexportada e que hoje, em 5 ou 6 dias, o caminhão deixa direta-mente na porta do agente no Rio de Janeiro, São Paulo e outros centros consumidores.

As operações de trabalho começam com o desenfundamento da matéria-prima que a seguir sofre uma limpeza que visa a extrair o talo e as nervuras maiores; em seguida o fumo é picado a máquina e, conforme a qualidade, sendo para os charutos de tipo superior, vai ser manipulado por mulheres, que manualmente, fazem a “bucha”, a envolvem com o “capote” de fumo nacional, que por sua vez é revestido pela “capa” de fumo importado. As aparas que restam do afilamento das pontas são recuperadas para novas “buchas”.

O fumo para charuto de menor preço e qualidade, depois de picado, vai para o setor masculino, onde máquinas especializadas fazem quase todas as operações até o produto acabado. Na maior parte dos estabelecimentos do Recôncavo, entretanto, a máquina faz desde o picar até a colocação do capote; a colocação da capa até a embalagem final é feita manualmente por mulheres. Depois de prontas as caixas em sua embalagem final, vão para uma estufa onde, em atmosfera temperada, perdem a umidade.

As caixas de charutos são fabricadas na própria fábrica, com madeira já recortada, importada do Paraná, que os caminhões trazem de torna viagem. Com um grampeador impulsionado com o pé um operário consegue fazer até mil por dia.

As aparas do fumo de qualidade inferior, assim como os talos e as nervuras extraídas das folhas, são postas em infusão, com a qual, adicionando-se farinha de trigo, é feita a cola utilizada na fabricação do charuto.

É curioso notar como, nas zonas do fumo e da agricultura de subsistência do Recôncavo, as fábricas de charutos ali existentes, embora de qualquer ponto de vista não representem a última palavra quanto ao equipamento e maquinaria que utilizam, que noutros países já alcançaram níveis mais avançados de aperfeiçoamento tecnológico – significam, entretanto, no quadro da economia regional e comparadas com as formas tradicionais de manufatura local, um avanço extraordinário, que as torna um elemento inovador e renovador na paisagem econômica e sociológica da região. Além dessas fábricas, e coexistindo e contrastando com elas, como transformação industrial, o que existe são velhos

banguês; pequenos alambiques que fabricam aguardente inferior; são olarias de nível tecnológico o mais rústico onde, fazendo tudo com as mãos e os pés e usando instrumentos de madeira, um oleiro, algumas mulheres e muitas crianças fabricam telhas, tijolos e cerâmica cabocla, com as mãos corroídas pelos parasitas que a manipulação da argila lhes transmite aos dedos; são “casas de farinha” onde o tipiti indígena e moinhos puxados a bois indicam onde permanece ainda a técnica de produção. Dentro deste quadro circundante, as fábricas de charutos do Recôncavo, instituições urbanas e urbanizantes, empregando largo equipamento mecânico, mesmo que não seja o mais recente e aperfeiçoado, recrutando e concentrando massa assalariada relativamente volumosa, mesmo que não seja a mais qualificada – têm a significação econômica e sociológica de uma “revolução industrial”, regional, produzindo na vida daquelas comunidades impactos e implicações que na verdade reproduzem, nos limites de sua estrutura, um processo histórico universal. Elas se tornam, assim, ainda que quase sempre isto não seja intencional, focos de irradiação de influências moldadoras no interior, fora de Salvador, de um novo sistema econômico, de outros tipos de relações sociais, do aparecimento de novos valores humanos no cadinho sociológico do Recôncavo: a mulher operária de fábrica e responsável principal pelo sustento da família; o gerente ou administrador de estabelecimento industrial distinto do proprietário; a pequena burocracia urbana, “white collar”, dos escritórios de empresas privadas, distinta daquela formada pelos oficiais do serviço público; e outros tipos sociais semelhantes, quase inexistentes no padrão tradicional de relações sociais.

Parece-nos ter especial significação o fato, observável no Recôncavo, desse novo tipo de sistema econômico, que engendra novos tipos de relações sociais, de instituições e de valores decorrentes de uma economia industrial, não surgir apenas da importação e adoção de padrões sociais vindos de Salvador, da capital, da metrópole; ele surge, por assim dizer, de dentro do Recôncavo, da fábrica de charutos localizada na pequena cidade do interior, assim como da usina de açúcar que funciona no meio do canavial, ou das explorações petrolíferas localizadas nas ilhas ou no fundo do golfo, bem no coração da zona mais tradicional do Recôncavo. Esses focos e fatores de renovação tecnológica, de mudança social, de secularização da vida, de massificação das comunidades, de burocratização das diferentes esferas, mesmo privadas, da administração e do poder, de concentração urbana, de contratualização das relações de trabalho, de renovação e superação dos padrões tradicionais – surgem, e pelo fato de surgirem no interior de diversas subáreas do Recôncavo,

desprendendo-se da organização social da economia local, encontram, por isto mesmo, muito maiores resistências impostas pela inércia das situações estabelecidas. Mas, por outro lado, pelo fato de não serem importadas, irradiadas de um ponto distante, exóticas, meras influências reflexas, epidermicamente superpostas à vida “quotidiana”, sem resultarem de seu próprio e normal funcionamento, por não ser assim, dizíamos, é que se revela profundo o processo de mudança social no Recôncavo, em que pese às soluções de compromisso nas quais muitas vezes tendem a desembocar as contradições que ele engendra por surgir assim, de dentro das dobras e meandros do quadro tradicional.

Esses fatos, que já são evidentes aqui na zona do fumo, hão de ficar ainda mais patenteados, como veremos, nas zonas do açúcar e do petróleo, para onde nos deslocaremos em seguida.

O CONTRA PONTO DO AÇÚCAR E DO PETRÓLEO.

A idéia de contraponto quem nos sugere não é Aldous Huxley, como poderá ocorrer a alguns. É de Fernando Ortiz a sugestão, no seu saboroso ensaio historiográfico intitulado “El Contrapunto Cubano del Tabaco y del Azúcar⁵” onde reúne e interpreta abundante documentação sobre os contrastes que historicamente se estabeleceram, em Cuba, entre os sistemas econômicos e sociais formados em torno daqueles dois produtos tropicais, dos quais, praticamente, tem dependido toda a vida daquela nação insular: o tabaco, produto nativo, de pequenos cultivadores, já conhecido e usado pelo autóctone desde antes da chegada do europeu, manipulado por artesãos, é o fundamento do que ele considera autêntico na vida da comunidade nacional; o açúcar veio depois, importado como produto e como técnica, gerou o latifúndio, proletarizou o artesão, concentrou a produção, secularizou a vida, equiparou-a à de qualquer comunidade industrial, em qualquer parte do mundo, destruindo a “cubanidad”. Este é o contraponto que estuda Ortiz. Não discutiremos aqui as teses do Autor nem tão pouco, seguramente, as esposamos tal qual estão formuladas em seu livro. Não pretendemos insinuar nenhuma analogia entre o que lá aconteceu e o que aqui se passa no Recôncavo entre o alvo açúcar e o negro petróleo – como certamente preferiria dizer o estilista torneado e

⁵ Fernando Ortiz - *El Contrapunto Cubano del Tabaco y del Azúcar*. (Advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación) - Prólogo de Herminio Porteil Vila y Introducción de Bronislaw Malinowski. Jesus Montero, editor, La Habana (1940).

brilhante que é o eminente historiador cubano. Apenas nele recolhemos, e o confessamos, a inspiração do título deste parágrafo, a idéia do contraponto, que traduz na arte musical, onde êle reconhece ter ido buscá-la – “a dramática dialética da vida”. Essa, a dramática dialética da vida, tal decorre na zona do açúcar e do petróleo, por outros ângulos e por outros caminhos, é o que procuraremos – analisar e compreender no parágrafo que se segue.

A lavoura da cana e a fabricação do açúcar são atividades típicas e básicas, no Recôncavo, desde os primeiros passos da colonização. Por isto, para muitos, à idéia de Recôncavo logo se associa, às vezes com exclusão das outras zonas, a imagem e a paisagem do massapê açucareiro: De fato, a lavoura da cana e a produção do açúcar, quando ali alcançaram o seu fastígio, geraram e sedimentaram um estilo inconfundível de civilização e de vida social, que se desenvolveu da Bahia à Paraíba, e que marcou bem fundo a história econômica, social e política do Brasil. O estudo desse complexo açucareiro e de seu papel na caracterização do passado e da formação do presente da sociedade brasileira tem constituído o tema predileto de uma bibliografia abundante e desigual, onde predomina o interesse da reconstituição e da crônica – às vezes saborosa, outras vezes nada mais que monótona – dos usos e costumes das classes dirigentes no padrão tradicional da organização social do açúcar. A ficção e o ensaio de literatura histórico-social, repassados às vezes de indisfarçável tom saudosista, exploraram para o grande público, até aos limites da saturação e da deformação, o tema da cana de açúcar e do sulco profundo com que marcou a história social do Brasil. Por isto mesmo, como são outros os nossos objetivos, embora julguemos que o assunto esteja longe de ser esgotado, riscamos de nossas preocupações aqui tudo mais que não seja o quadro sociológico dentro do qual se desenrola o cotidiano concreto do Recôncavo açucareiro contemporâneo, que hoje é o foco de um processo, apenas iniciado, de profunda transformação social.

A subárea açucareira, dos primeiros tempos aos nossos dias, tem sofrido uma contínua redução de seu âmbito geográfico. Na verdade, enquanto que os canaviais e engenhos, no período colonial, orlavam todo o golfo, de Salvador à Barra do Jequiriçá e às terras de Jaguaribe – nelas Gabriel Soares de Souza instalou seus engenhos – hoje o que se nota é a concentração da zona do açúcar do Recôncavo na faixa terciária do massapê – que, de fato, dir-se-iam especialmente eleitas para a lavoura da cana – reduzindo quase exclusivamente aos taboleiros ondulados dos Municípios de Santo Amaro e S. Francisco do Conde o que na região existe como cultura organizada. Aqui, sem dúvida, sempre esteve

o centro principal da economia açucareira baiana; o que acontece, porém, é que a este centro ela está hoje praticamente circunscrita, pois na linha do litoral, do Iguape para o Sul, os canaviais de outrora desapareceram e o que acaso ainda se encontra são apenas manchas ralas de cana, cultivadas com descuido, só para alimentar pequenos alambiques e engenhocas de apoucada produção e de expressão econômica quase nula. A parada da Usina N. S. da Victória, à beira do Paraguaçu, significou o fim da última delas que ainda estava extrínseca ao núcleo açucareiro de Santo Amaro e S. Francisco; por outro lado, o apagar dos fogos de Aratu, Santa Luzia e S. Paulo, no Município de Salvador – exatamente sob a caldeira desta última surgiu um poço emergente de petróleo – representou o encurtamento do outro braço do semicírculo açucareiro, que hoje de fato se concentra – ou, talvez, se refugia – naqueles dois Municípios, onde ocorre mais de 2 terços da produção do Estado.

Como toda terra cultivada, que tem no cultivo a sua maior beleza, a paisagem do Recôncavo açucareiro logo sugere a ocupação secular e contínua, a presença humana criando uma natureza sua, fabricada com seu trabalho diuturno e fecundo nas plantações, no corte e colheita da cana, na moagem e produção do açúcar.

Os engenhos ali floresceram desde o primeiro século da colonização e, fundada na extraordinária fertilidade natural do massapê e na mão-de-obra servil, a monocultura, praticada em grandes propriedades, desenvolveu-se sob a forma de uma agricultura comercial, combinada com a transformação da matéria-prima e a produção do açúcar ali mesmo realizadas, com destino à exportação para o mercado exterior. Empreendimento industrial e comercial por excelência, associado a uma agricultura monocultora de matéria-prima, as plantações e os engenhos eram, em suas relações de mercado, uma empresa de tipo capitalista e de nível incipiente, tipo que sempre mantiveram, nível em que permaneceram, até a grande crise que posteriormente abalou o mercado mundial açucareiro, pelo aparecimento de outras matérias-primas sacaríferas, crise agravada com a abolição do trabalho escravo, que ensejou, como solução, o aparecimento da usina (a princípio, os chamados **engenhos** centrais), inaugurando uma nova etapa tecnológica, econômica e social na evolução açucareira do Recôncavo. Capitalista desde a origem, agro-industrial e comercial por definição em suas relações com o mercado – o complexo formado pela plantação e o engenho, nos três séculos que decorrem do início da colonização à abolição do regime escravista, formou e consolidou, nas relações internas entre os indivíduos e as classes que ali conviviam, uma estrutura e um estilo de vida social de tipo senhorial.

Formalmente isto estaria até em contradição com o tipo econômico, com o qual, se a superestrutura sempre mantivesse perfeita simetria, deveria, para isso, ser uma sociedade caracteristicamente de mercadores e de empreendedores e não de “senhores” de engenho. Os ingredientes históricos que explicam essa aparente contradição – no fundo, na verdade, não existe contradição alguma – podem ser objetivamente explicados, sem nenhum recurso ao devaneio, tendo na devida conta os característicos do processo de colonização. Esta se iniciou pela expulsão do litoral do indígena hostil e por sua redução militarmente feita pelo braço armado do colonizador e pacificamente garantida pela catequese missionária. Por outro lado, o regime monárquico da metrópole e a organização e tradição nobiliárquicas, cristalizadas nos princípios e normas jurídicas das **Ordenações**, nosso único código durante todo o período de formação da sociedade brasileira; a presença e influência, nos postos de comando da administração colonial, de elementos da nobreza lusa, que recebiam mercês, concessões, terras e poder no Brasil como prêmio de sua participação na expansão do império pela África e Ásia; a importação do escravo, trazido do longe e à força, para o trabalho cativo, população numerosa, de etnia diversa da do colonizador, possuída como coisa e tratada como tal, que assinalava com sua presença o marco zero das distâncias sociais, limitando jurídica, econômica e socialmente a sua transposição, o que conferia às camadas dirigentes um status de casta; a autarquia dos latifúndios e das fazendas, que viviam em grande isolamento, constituindo a família e a famu-lagem, comandadas pelo chefe e patriarca, a esfera social onde decorria toda, ou quase toda, a vida de cada um, o que dificultava o desenvolvimento de esferas mais densas de vida social fora do âmbito da família patriarcal; a tradição, que se formou, permitida pela abundância e submissão da força de trabalho do escravo, de hábitos de consumo conspicuo e requintado, que revestiram a indisputada posição das classes dirigentes da sociedade açucareira, assim como a sua ideologia, sua mentalidade e seus costumes, desse caráter fagueiro e desse traço senhorial, que tanta curiosidade e espanto despertavam nos viajantes e cronistas de fora, que aqui chegavam esperando encontrar truculentos e rústicos colonos e eram hospitaleiramente recebidos por sólidos fazendeiros, estáveis na sua posição social, gostando de usar títulos e comendas e de viver como lordes refinados, com a segurança e o poder que lhes conferia o regime de economia e de trabalho, de vida social e política em que se sustentavam e dos quais eram os líderes e os beneficiários incontestes. Tudo isso a nosso ver, é o que explica que uma economia toda voltada para o mercado, como foi, no nosso passado, a do açúcar, houvesse servido de base a uma

sociedade de tipo senhorial e aristocratizante, como foi a dos engenhos do Recôncavo.

Esse regime de economia e de trabalho, de vida social e política, esses valores, esses costumes e essa mentalidade é que constituíram, no Recôncavo, especialmente no Recôncavo açucareiro, onde tudo isso plenamente floresceu, a matriz do padrão social tradicional. Tudo isso, agora, está sofrendo, a partir do fim do século passado, fundas transformações, que hoje cada vez mais se aceleram, entrando em suas etapas mais decisivas, pela lenta acumulação e contenção de fatores de mudança, que se somam às novas situações mais recentemente surgidas, para ampliar a área e aumentar a profundidade da renovação que se processa.

Ao declínio e fim do período dos engenhos seguiu-se, após a crise, o período das usinas, que começa a se definir nitidamente a partir dos últimos anos do século passado, quando se concluiu a instalação das novas fábricas por técnicos ingleses e franceses. Esses técnicos, não só as instalaram, mas permaneceram, alguns por vários anos, orientando o seu funcionamento e formando os mestres e contramestres locais que, diga-se de passagem, muitos deles, ainda encontramos nas usinas, quando as visitamos, nas funções de chefia e supervisão que ocuparam após o retomo dos técnicos estrangeiros com os quais trabalharam e pelos quais foram formados do Recôncavo.

A instalação e funcionamento das usinas, além de significar, em relação aos engenhos, um grande avanço tecnológico, definindo, de maneira precisa, o tipo industrial da atividade e da empresa que a realiza – assinalou, na evolução da zona açucareira, o momento de enorme significação econômica e sociológica em que se separaram, para se constituírem em atividades distintas, e não raro acirradamente antagônicas – a lavoura da cana e a fabricação do açúcar, fases complementares da produção que, no período dos engenhos, estavam sempre associadas e que se bifurcaram neste momento, configurando, em correspondência à plantação que produz a matéria-prima e à fábrica que a transforma, dois tipos sociais distintos, o fornecedor e o usineiro, o fazendeiro e o industrial.

As relações e os conflitos entre essas duas atividades e essas duas ordens de interesses, que ocorreram em todas as áreas açucareiras do Brasil, que já foram personagem de romance na novela “Usina”, de José Lins do Rêgo, que representaram uma etapa importante no processo de desenvolvimento capitalista da economia açucareira e que deram origem, mais tarde, à criação do Instituto do Alcool e do Açúcar – preenchem quase meio século e se prolongam até os nossos dias.

Uma etapa decisiva desse processo de concentração foi, no Recôncavo, a chamada “fase do intermediário”, em que o capital comercial, representado pelas firmas atacadistas de Salvador, passou a ter o comando efetivo de toda a economia açucareira, controle do qual se serviu para lentamente concentrar em suas mãos, por intermédio de uma firma subsidiária (já como capital industrial), mais de 60% da produção de açúcar do Estado.

O mecanismo pelo qual a concentração se processou foi, sem discrepâncias, o já muito conhecido: o comerciante financiava a safra e tornava-se, por antecipação, dono dela, que lhe era praticamente toda entregue pelo fazendeiro em pagamento dos empréstimos recebidos na entressafra; nesse círculo vicioso o atacadista podia, ao mesmo tempo, impor ao mercado consumidor preços de monopólio e submeter os fornecedores às condições de troca que ele mesmo ditava, até levá-los, após sucessivas hipotecas, à falência, arrematando ele mesmo as terras e plantações a preço vil, progressivamente reunindo a lavoura, a indústria e o comércio do produto em suas mãos.

As resistências e lutas dos fornecedores foram muitas, mas pouco afetaram, no fundamental, o desenvolvimento da concentração, até o advento e a intervenção do IAA que passou a regulamentar essas relações entre usineiros e fornecedores. Da interrupção do processo resultou que as usinas hoje moem, em sua maior parte, cana própria, cultivada em suas terras – mas subsistiram ainda muitos fornecedores, que plantam e vendem suas canas às usinas para serem moídas. Se a concentração houvesse continuado até o fim, o fundamento econômico do mundo tradicional do fazendeiro teria praticamente desaparecido como lógico desfecho desse processo; como foi interrompida, resultou a coexistência desses dois mundos, o tradicional e agrícola do fazendeiro, o industrial e novo do usineiro.

Comparando a tecnologia e o trato cultural das plantações das usinas sente-se a sua superioridade em relação às plantações dos fornecedores, que até nisso encarnam o passado e a tradição na zona do açúcar. Na verdade, aqui se reproduz o mesmo *gradient* que verificamos na zona fumageira: comparando-se o mundo das usinas e o mundo das fazendas encontramos, em geral, mesmo no setor agrícola das usinas, melhor tecnologia, melhor qualidade do produto, agricultura mais racional, relações de trabalho de tipo contratual, maior receptividade à renovação – enquanto que nas fazendas fornecedoras permanecem mais vivos os traços tradicionais, tecnologia mais rudimentar, produto inferior na qualidade, relações de trabalho de tipo paternalista e maior resistência às inovações.

Escusado é dizer que não se trata de resistências em nome da tradição, nem renovações desejadas em favor do progresso – como idéias abstratas. O que na verdade distinguiu a mentalidade e o comportamento econômico de fazendeiros e usineiros no correr do processo de concentração foi, em princípio, a predominante coincidência do interesse do fazendeiro com a permanência do *status quo ante* e do interesse do usineiro com as renovações resultantes, em diferentes planos, do desenvolvimento tecnológico.

O caso da cana 290 é bem típico. Cana grossa, fibrosa, pesada, mas de pequeno teor de açúcar, é preferida pelo fazendeiro enquanto vendedor, a peso do seu produto; esse tipo de cana, obviamente, é malsinado pelo usineiro enquanto comprador da matéria-prima, já que com as mesmas toneladas de cana 290 ele produz menor número de toneladas de açúcar. Questões intermináveis, como esta, que apenas serve para exemplificar, distinguem e separam as duas ordens de interesse. Em acomodá-las consiste, em boa parte, a rotina da ação e da política do IAA representando o poder público, que procura, à moda corporativa, convencer as partes de que, acima dos interesses divergentes, existe um interesse comum a todos enquanto participantes do complexo econômico e social do açúcar.

Nas primeiras fases da evolução desse sistema, a usina representou, no Recôncavo, o agente renovador e pioneiro – até alcançar a posição de monopólio que finalmente obteve, quando o controle absoluto do mercado açucareiro regional, a sua limitação e o seu contingenciamento em quotas de produção, praticamente eliminaram a concorrência e estagnaram as usinas no ponto em que estavam ao tempo da regulamentação da produção e do mercado. Hoje, na Bahia, o açúcar consumido no Estado é praticamente todo ele no próprio Estado produzido; em princípio, não se importa açúcar para o consumo baiano; usinas têm desaparecido, redistribuindo as suas quotas com as remanescentes, mas nenhuma se fundou nestes trinta ou quarenta anos. Quatro usinas de uma só empresa produzem 60% do açúcar do Estado; uma delas, a maior, produz metade daqueles 60%.

Nestas condições de produção e de mercado, a usina foi diminuindo, até cessar, a função inovadora e pioneira que historicamente teve no sistema econômico e no meio social do Recôncavo açucareiro; até pouco tempo, embora tivesse objetivamente perdido essa função dinâmica, ela ainda aparecia, como elemento de contraste, sobre o quadro tradicional de dentro do qual emergiu. Hoje, entretanto, nem isso mais acontece, pois ali se criaram condições tais em que a concorrência foi abolida e as usinas ficaram com o controle monopolístico de uma economia pouco desenvolvida e rotineira, posição de monopólio de tal modo indisputada que secou todas as fontes de

estímulo à renovação. A usina, assim, passou também para o quadro tradicional, no Recôncavo, em relação ao qual seu aparecimento, quando ocorreu, representou profunda revolução tecnológica, econômica e social

O início do ciclo do petróleo parece representar o momento final desse processo que já vinha de longe, jogando na mesma área um novo elemento de contraste, que nos permite comparar o quadro social da usina não apenas com o pano de fundo dos engenhos e bangüês – mas com o pano de boca que o petróleo está erguendo para dar começo a um novo capítulo da saga do Recôncavo.

O petróleo surgiu nas terras mais ricas e de ocupação mais antiga do Recôncavo, nasceu do ventre mole do massapê, no centro da zona do açúcar, exatamente nas margens do fundo do golfo onde é mais autêntica, mais densa e mais aparente a história e a tradição da terra e da gente da Bahia. Representa a etapa inicial de um novo processo e de um novo ciclo; não vem de nada que antes pré-existisse na região, como a usina, por exemplo, que apareceu como um avanço ou um aperfeiçoamento do engenho, um modo novo e moderno de transformar a mesma cana e trazer o mesmo açúcar que ali secularmente sempre se fez. O petróleo, não. Apesar dos esforços e das lutas de alguns pioneiros como Oscar Cordeiro e das suas primitivas prospecções em Lobato - a verdade é que o petróleo surgiu, apareceu livre, inteiramente livre daquilo que Stuart Mill chamou *the slavery of antecedent circumstances*. Por isso mesmo, aliás, é que só agora o petróleo está criando um meio social em torno de si e começando a conviver com o meio social tradicional, com o qual, nos primeiros tempos, apenas coexistia sem praticamente conviver, superposto a ele como corpo estranho e até considerado, para alguns, excrescente.

É bem verdade que, nos primeiros tempos, no lugar onde se fizeram os primeiros trabalhos, as primeiras sondagens e se ergueram os primeiros acampamentos do Conselho Nacional do Petróleo, se essa nova atividade, por alguns anos, teve nenhuma influência sobre o meio social local, isto foi porque, simplesmente, não havia meio social local. O que havia, de acordo com o padrão tradicional, que ali existia em pleno viço, era, nos níveis superiores, a concentração dos laços de convivência social no interior das famílias, nas relações entre elas, na intervisitação de fazenda a fazenda, de usina a usina, e isto, principalmente, os meses de férias, pois a maior parte delas vive quase todo ano em Salvador, ou ainda mais longe. Fora desse círculo fechado composto por famílias quase todas aparentadas entre si, onde a entrada, a frequentação e a convivência pressupõem certos “ritos de passagem” – o que havia era o quase nada que sempre resta na esfera extra doméstica, em

consequência da função simplificadora que a família-grande sabidamente exerce sobre a vida social que decorre fora de seu âmbito, nas sociedades em cuja organização ela assumiu papel importante, como aqui era o caso.

As cidades, as vilas, os povoados do Recôncavo açucareiro – e disso S. Francisco do Conde é bem um exemplo – quando o petróleo ali chegou, estavam nos últimos extremos da decadência de um período áureo que, na verdade, paradoxalmente, quase não conheceram. As fazendas e os engenhos, estes sim, eram “outras tantas vilas”, na expressão de Simão de Vasconcelos, ou eram “uns principados”, como exclamou o General Labatut ao vê-las ao longe, a caminho de Pirajá, na campanha de 1823. Os núcleos urbanos, entretanto, sempre foram, desde que nasceram, acanhados e mortos, abortos do latifúndio, da monocultura e da escravidão, muitos deles já com quatro séculos, mas dando a impressão de que ainda não nasceram.

Se era assim no passado, muito pior era o quadro quando se inaugurou o ciclo do petróleo, cujos engenheiros, técnicos e operários criaram, nos seus acampamentos, nichos de adaptação e de instalação provisória, para os quais importavam quase tudo, como se estivessem vivendo e trabalhando, e em certo sentido estavam mesmo, numa frente pioneira, cercados não pela floresta ou pelo deserto – mas pela decadência, que, às vezes, isola muito mais.

De resto, além desses, muitos outros fatores, de diversa ordem, contribuíram, nos primeiros tempos, para que a emergência da zona do petróleo do bojo da zona do açúcar encontrasse obstáculos, muitos deles hoje já superados, opostos pela inércia das situações estabelecidas, que resistiam em se transformar, pelos *vested interests* de alguns e pelo atraso material e social da zona como um todo.

Um desses fatores, dos mais visíveis, era a proximidade em que estavam os campos petrolíferos da cidade do Salvador, acessíveis em tempo relativamente curto, por diversas vias. Em consequência disso, não tendo a vida local as condições necessárias de comércio, de conforto, de habitação, de divertimentos para oferecer aos novos que chegavam, estes também não desempenhavam grande papel estimulante à criação disto tudo no próprio local, pois a facilidade de ir a Salvador, e até a procura de um pretexto para ir à capital, resolvia esses problemas e satisfazia essas necessidades. Muitos engenheiros e funcionários, nos primeiros tempos, deixavam suas famílias residindo em Salvador, encarando o Recôncavo apenas como local de trabalho, não para viver. Era na capital e não no Recôncavo que se gastava a folha de salários de 2 milhões e meio de cruzeiros paga mensalmente ao pessoal do petróleo à época em que foram efetuadas

as primeiras visitas à região para levantamento de dados desta pesquisa.

De sua parte, a atitude da população local em face do pessoal do petróleo, nos primeiros tempos da prospecção, era, confessadamente, de descrença quanto à duração ou permanência do empreendimento. As primeiras turmas chegaram para “ver se tinha” petróleo no Recôncavo e nesta fase de pesquisa ficaram algum tempo, sem convencer muito os da terra de que o empreendimento ali estava para ficar. Pode-se considerar a construção e o funcionamento regular da refinaria de Mataripe como o acontecimento que marca a linha divisória entre as duas fases, quando o ciclo do petróleo deixou de ser encarado pelo povo da terra como atividade pioneira, que poderia ser passageira, e passou a ser considerado como coisa estável e estabelecida na região.

Outra circunstância que agia no mesmo sentido era o fato de quase todo o pessoal do petróleo, especialmente todo o seu pessoal qualificado, haver sido importado de fora do Recôncavo, do Sul do País, ou do exterior, quando as pesquisas ali tiveram início.

Finalmente, para compreender os tipos iniciais de contactos que se estabeleceram entre os sistemas econômicos e sociais tradicionais na região e os novos e pioneiros que ali surgiam, há que ter em mente que a tecnologia da exploração do petróleo atravessa diferentes fases, às quais tem correspondido, no Recôncavo, fases e graus também diferentes de adaptação à região e de relações com a estrutura regional. A fase inicial foi a de maiores conflitos, não só por ser a primeira e ter de pagar o ônus do desbravamento mas também por ser a fase da pesquisa geofísica, que tem por fim determinar a probabilidade de existência de lençóis petrolíferos no subsolo. Grosso modo, o trabalho consiste, nesta fase, no seguinte: as turmas da geofísica cavam buracos na terra e no fundo deles fazem explodir uma “banana” de dinamite, provocando, por assim dizer, miniaturas de abalos sísmicos, cujas características são registrados por aparelhos previamente distribuídos em diferentes pontos de uma área em torno do lugar da explosão. Os dados captados pelos aparelhos quando ocorre o estampido (que não é mais forte do que o de uma bomba de S. João) permitem, devidamente analisados pelos técnicos, indicações úteis sobre a probabilidade de ocorrência de petróleo no terreno em que a pesquisa foi feita.

Difícilmente se pode conceber à distância o impacto que esta singela operação, que se repete mil vezes no começo de qualquer exploração petrolífera, causou no espírito e na imaginação da gente do lugar quando a geofísica começou a pesquisar e a detonar as suas “bananas” de dinamite. Nossa caderneta de campo registra inúmeras reações e curiosos

depoimentos a esse respeito, que vão desde os desmaios de senhoras causados pelo susto do estampido até a crença de que as turmas da geofísica, pelos tiros que davam no coração da terra, “tinham partes com o demônio”. De um fazendeiro ouvimos a seguinte interrogação: “Será que o petróleo só há de dar em canavial novo? queixando-se de que a turma responsável pelo trabalho pisava nos brotos da cana recém-nascida e destruía as covas recém-plantadas. Derrubada de cercas pelos jipes da geofísica, que circulavam como se elas não existissem, esta, então, era uma das queixas mais frequentes. De outro fazendeiro ouvimos esta exclamação: “Deus me livre que haja petróleo em minhas terras!

A mais saborosa e pitoresca das reações locais provocadas pela geofísica parece ser, entretanto, o seguinte fato, que bem indica o quanto, por incompreensão, ela foi odiada pela gente da terra: no Recôncavo ganhou celebridade, no passado, a cadeia de S. Francisco do Conde, famosa pela dureza e desconforto em que viviam os presos a ela recolhidos. Dai tornar-se comum, ao rogar uma praga a alguém, dizer-se: “A cadeia da Vila de S. Francisco que te persiga” – o que valia desejar um mal bem grande ao inimigo. Esse dito, hoje, ganhou nova forma pois parece ter surgido um mal maior ainda do que a velha cadeia da Vila: “Geofísica que te persiga! ..”

Quando as atividades petrolíferas no Recôncavo passaram da pesquisa à perfuração, desta à extração, e daí à exploração e ao refino – foram sendo encontradas, com o correr do tempo e a relativa estabilização das novas formas sociais, fórmulas de acomodação que, embora não se possam dizer completadas, já substituíram as relações e reações tensas, ou mesmo sistematicamente hostis, dos primeiros tempos. Essas reações, por outro lado, nunca foram iguais e uniformes em todas as camadas sociais da população – local, distinguindo-se, no sentido e na intensidade, pela posição e pelo interesse relativo de cada classe na estrutura do padrão tradicional. Em relação a essa posição e a esse interesse é que variaram as reações provocadas pela exploração do petróleo e pelas mudanças sociais daí decorrentes.

A algumas delas já nos referimos, especialmente àquelas iniciais, que refletiam a natural expectativa e desconfiança de um ambiente tão densamente empapado de tradição – ante o aparecimento de algo novo e inusitado, que se não incluía no elenco de alternativas da vida quotidiana, criado, cristalizado e calcado na mente dos homens no correr de um longo passado histórico. Há outras reações e tensões, entretanto, que, com serem específicas e peculiares a certos grupos, exprimem a diversidade de posições e de interesses das diversas classes presentes na estrutura tradicional em face das mudanças sociais

provocadas pelo início e desenvolvimento do ciclo do petróleo do Recôncavo. Estas, precisamente, por não serem uniformes, por serem distintas, é que adquirem significação fundamental, como expressões das antinomias existentes na estrutura social tradicional, que o processo de desenvolvimento, na medida em que dele se desprendem novas coordenadas e novos pontos de referência, contribui para que fiquem mais nitidamente definidas, ou redefinidas.

Em relação à fábrica de açúcar, que era a atividade industrial existente na região, a indústria do petróleo, quando ali chegou, ofereceu, em diferentes planos, inúmeros contrastes que certamente explicam, em boa parte, os tipos de relações que entre ambos e entre os sistemas sociais nela baseados, ali se estabeleceram. Assinalemos, a título exemplificativo, alguns desses contrastes e eles, por si mesmos, ao simples enunciado, demonstrarão a importância sociológica do diálogo, ou do contraponto do açúcar e do petróleo – para usar, mais uma vez, a imagem de Fernando Ortiz – que hoje se desenrola no Recôncavo.

A usina é fábrica de açúcar, cuja agro-indústria é a atividade secularmente dominante na região. Aqui toda a história da terra, sua ocupação, sua formação, sua economia e sua sociedade, sempre giraram em torno desse binômio: a plantação e a fábrica adjacente. A indústria do petróleo começa a contrastar com esse quadro tradicional não somente por ser cronologicamente recente, contemporânea nossa; além disso, ela representa algo de fundamentalmente novo pelo fato de, após quatro séculos de colonização, haver explorado o massapê não como solo mas como subsolo, usando e valorizando a terra – não só a superfície mas em profundidade, o que significa um modo e um ângulo de encarar, utilizar e explorar o chão inteiramente sem precedentes, jamais previsto, ou pressentido, ou experimentado ali em qualquer época do passado. Nos meios e nos gêneros de vida e de ganho de vida, na organização econômica assim como nos valores práticos que formam a ideologia econômica, nas técnicas, com que se relaciona com as coisas, nas normas, com que se relacionam entre si, na estrutura social e no horizonte mental do homem do Recôncavo, a precedência que a exploração econômica do subsolo ganhou em relação à do solo implicou, e implicará cada vez mais para o futuro, em todos esses planos, no aparecimento de novas expectativas e de novas alternativas inteiramente inexistentes dentro dos quadros em que ele sempre viveu o seu cotidiano concreto.

A usina – e igualmente a plantação – é, por outro lado, empresa privada, que produz para vender e vende para ganhar. Nela, por consequência, a formação do lucro é não somente função natural mas também objetivo principal. As probabilidades de

lucros e de perdas orientam decisivamente a sua administração, comandam as suas relações com as outras empresas, explicam a sua posição e a sua função no sistema econômico de que faz parte. No Recôncavo, a empresa petrolífera, ao contrário, é estatal. Quem a administra não é seu proprietário; dirigi-la não é um direito que resulta, e é garantido, pela posse. Embora aqui o mecanismo contábil possa ser igual ao da empresa privada – as suas implicações são, por definição, distintas. O caráter impessoal que a administração da empresa estatal pode adquirir é muito maior e isso tem reflexos diretos nas relações de trabalho que nelas se estabelecem bem diversas, em muitos pontos, das encontradas nas empresas privadas da região.

No Recôncavo, a agro-indústria do açúcar além do tradicional, caracteriza também o padrão local, ou regional, se quiserem, de atividade produtiva, enquanto que o petróleo, além de representar o novo, representa, também o nacional. De todos os pontos de vista, e a cada momento, quando cotejamos os complexos sociais formados em torno deles, desde a mão-de-obra que recrutam, o mercado a que servem, o âmbito em que se movimentam, o interesse que despertam, os problemas que criam, ou que resolvem – percebe-se que esse contraste é sentido, ainda que nem sempre seja pensado, em relação ao açúcar e ao petróleo. Não poucas vezes, aliás, ouve-se dizer em tom de queixa que o petróleo baiano é riqueza da Nação e não do Estado, que a este deveria caber maior parcela da renda tributária derivada do petróleo, como compensação local pela contribuição que dá o subsolo do Recôncavo à economia nacional. Esta formulação, porém, já mais elaborada e erudita, é apenas um exemplo, em escala maior, de um modo frequente de contrastar e interpretar, no Recôncavo, o açúcar e o petróleo como representativos, um do escalão local, outro do escalão nacional, da atividade econômica.

Não poucas vezes ouvimos, inclusive, de pessoas de classes dirigentes na zona do açúcar, a afirmação de que, embora como brasileiros se rejubilassem com a expansão da indústria petrolífera, julgavam forçoso reconhecer que essa indústria e essa expansão nenhum benefício local haviam trazido ao Recôncavo. Escusado é dizer que tal afirmação, para ser compreendida, precisa ser colocada na moldura da situação social em mudança que ali encontramos, em cujas sutilezas e contradições devem ser procuradas as razões objetivas e subjetivas capazes de engendrar tais opiniões. Isto porque, em verdade, elas não encontram nenhum apoio nos fatos. Em que pese a circunstância do ciclo do petróleo apenas haver começado no Recôncavo, tendo toda a sua história não mais de duas décadas e estando o processo de sua influência sobre o meio regional apenas no início de sua primeira etapa – essa influência (ou benefício,

para usar a linguagem dos nossos informantes) sobre a esfera local e regional, é flagrante.

O gás combustível, ao tempo de nossa última coleta de dados no campo, já era empregado no funcionamento de um estabelecimento têxtil na ilha de Itaparica, assim como nas usinas de eletrificação da ferrovia Leste- Brasileiro; com base no seu fornecimento, proveniente de Aratu, planejava-se a construção de uma fábrica de cimento destinada a explorar as reservas do calcário da ilha da Maré; a utilização do mesmo gás nas usinas de açúcar, que hoje têm como principal combustível o bagaço da cana, permitirá o emprego do bagaço como matéria-prima para fabricação de papel e papelão, indústria que, tudo indica, poderá, nessas bases, florescer no Recôncavo com seguras perspectivas.

Entretanto, a nosso ver, dentre todas as influências estritamente **locais** trazidas pela indústria do petróleo e diretamente vantajosas para as atividades e interesses das usinas e plantações – a mais característica é a que se refere à nova era, que a indústria do petróleo inaugurou, para os caminhos e estradas do Recôncavo.

As terras do massapê pareciam feitas para confirmar o velho axioma: terra boa estrada má, terra má, estrada boa. Se a caatinga comprova ainda a segunda parte da sentença – as estradas do Nordeste não carecem de ser asfaltadas porque já são como se fossem – o massapê, no dizer de Matta Barros, parecia uma “terra inventada para desmoralizar engenheiros”⁶. No massapê, terreno oleoso e mole, não há erosão; a contra-partida dessa vantagem, entretanto, parecia ser as tremendas dificuldades opostas à construção e conservação das estradas, facilmente destruídas pelas chuvas tropicais, transformadas em atoleiros e lamaçais quase intransponíveis por veículos automóveis, o que fez com que, por muito tempo, por exemplo, só se pudesse chegar a S. Francisco do Conde, a cavalo ou por mar. Como indica o subtítulo do trabalho de Matta Barros, os escorregos e derrapagens na lama do massapê sempre celebrizaram as estradas do Recôncavo, e, salvo em poucas usinas, das maiores, que dispõem de linha férrea própria, só os carros de boi, arrancados à força das juntas, conseguiam vencer o obstáculo. Por isso mesmo, o carro de boi permaneceu no Recôncavo como principal meio de transporte da cana da plantação à usina, o que representou outro motivo, aliás, para recíprocas reclamações entre fazendeiros e usineiros. De um lado, e, de outro lado, os engenheiros e administradores da indústria do petróleo, especialmente por causa da tubulação do oleoduto que passava pelos canaviais, ligando os tanques à refinaria, e que muitas vezes era danificada com o peso do carro de boi ao passar por cima dos canos.

Sem julgar necessário tomar posição nas discussões na época surgidas a respeito de qual dos dois – a tubulação do oleoduto ou o carro de boi – era uma excrescência e qual deles devia considerar-se superado ... o que verificamos é que a própria divergência foi superada quando, com pedra britada e resíduo da refinaria, conseguiu-se, pela primeira vez na história do Recôncavo açucareiro, uma pavimentação de estrada econômica e capaz de conservar-se durante todo o ano, resistindo inclusive à estação das chuvas. Com isto conseguiu-se, também pela primeira vez, a partir de 1950, transportar cana de caminhão do canavial para a moenda. O sonoro e sonolento carro de boi, um dos últimos resíduos da primeira tecnologia do açúcar contemporânea dos engenhos – foi finalmente ultrapassado no massapê graças ao emprego de um outro resíduo, o da refinaria de petróleo. Como se vê, há resíduos, e ... resíduos!

De resto a tributação municipal da produção de petróleo tem permitido ao governo da comuna construir novas docas em S. Francisco do Conde, assim como um hospital para assistir à população, que para isso só dispunha do ambulatório que Frei Miguel, do Convento de Santo Antônio, criou e mantinha à custa de sua energia e de sua teimosia e, sobretudo, permitiu a construção de um mercado municipal, introduzindo um elemento novo no comércio local, que antes girava, de acordo com o padrão tradicional, em torno das feiras periodicamente se realizavam nas proximidades das usinas. Quando, ainda hoje, vemos a gente das plantações e usinas se divertir assistindo às funções de pequenos circos e *troupes* de saltimbancos que ali aparecem, enquanto o pessoal do petróleo prefere o cinema – sentimos que até no lazer duas eras, dois mundos estão coexistindo no Recôncavo.

Ao mesmo tempo em que revivifica a rala e modorrenta vida urbana das vilas e povoados do Recôncavo açucareiro, o petróleo e sua indústria desempenham, também, função urbanizante: a localidade de Conselho surgiu no mapa originada de um antigo acampamento do Conselho Nacional do Petróleo, donde retirou o nome e o distrito de Milagres, ali perto, ao estímulo do crescimento demográfico e econômico, já reivindica tomar-se município autônomo.

O comportamento das camadas dirigentes no sistema econômico do açúcar, em face do aparecimento e da expansão da empresa estatal petrolífera, obviamente, não foi o mesmo que provavelmente seria se o empreendimento fosse privado. esse comportamento, por sua vez, traduz-se de forma

⁶ Matta Barros. A estrada de rodagem de S. Amaro ao Tanque da Senzala (Estrada do Pé Leve). Bahia, 1929.

contraditória, refletindo com isso o próprio processo de mudança e as brechas e rupturas que ele vai abrindo no continuum do padrão tradicional.

De uma parte, ocorreu, visível, uma espécie de revalorização dos valores tradicionais, um derramado amor à terra, ao torrão, a tradição, aos ancestrais, às relíquias, aos “quatrocentos anos”, e a tudo mais que, até pouco antes não parecia ter tanto valor assim, a julgar pelo largo e difundido absentismo dos proprietários e pela linha constante de decadência que já há anos apresentava a economia açucareira baiana. Ninguém pretende afirmar que essa reação seja insincera e subalterna, o que seria uma explicação simplista, mas, por certo, ninguém também negará que, além de recente, tal atitude não mantém uniformidade com a que prevalecia até pouco tempo, quando o sistema tradicional remanesceu como o único e sem o elemento de contraste em que a indústria do petróleo se constituiu.

A esta reação de aparente revalorização do tradicional, correspondeu, no plano dos valores práticos, visível interesse em modernizarem-se as usinas, renovar um pouco a sua tecnologia e o seu equipamento. Paralelamente, passou a ser *leit motiv* a alegação de que a exploração do petróleo é incompatível com a permanência dos canaviais. Essa incompatibilidade, alegada e repetida invariavelmente, encontrava no espantinho da geofísica uma aparente justificação pelo tipo das operações que lhe são características e que há pouco descrevemos. Parece não restar a menor dúvida, entretanto, que o que ocorreu com a antiga Usina Colônia, que já com seus fogos apagados foi, apesar disso, desapropriada pelo CNP por dez milhões de cruzeiros, afigurou-se um desfecho desejável para alguns e por eles pleiteado, nas mesmas bases inteiramente desproporcionais ao valor real dos estabelecimentos, do seu Equipamento e das suas terras.

Tais situações foram, em grande parte estimuladas, também não resta sobre isto a menor dúvida, pela indefinição em que, na prática, ao menos no seu começo, ficou a política dos órgãos responsáveis pela exploração petrolífera no Recôncavo em relação à agricultura e aos agricultores que cultivavam a superfície ubérrima daquele solo onde se encontrou o petróleo. Durante muito tempo alegou-se que o assunto seria, em detalhe, regulado pelo “Estatuto do Petróleo”, legislação que se continua aguardando, e cuja ausência conduzia à mais completa falta de planejamento, ao ponto de, em certa época, dar a impressão de que as relações entre a indústria do petróleo e os proprietários e lavradores da agricultura local dependiam, antes de mais nada, do animo e do temperamento dos engenheiros responsáveis, pois, na verdade, nenhuma norma jurídica regulava o assunto nem se tinha a impressão

de existir sobre o assunto um princípio, ou plano, ou sistema a ser impessoalmente obedecido por todos.

Não constitui detalhe supérfluo constatar que, como dissemos, o petróleo surgiu, no Recôncavo em terras de excepcional fertilidade de antiga ocupação e exploração agrícola. Se é verdade que nenhuma incompatibilidade real existe entre as duas atividades – noutros países explora-se petróleo dentro de laranjais sem derrubar uma laranja – é igualmente verdade que o enunciado constitucional que confere ao Estado a propriedade do subsolo por si só não bastaria para suprir a necessidade de uma política e de um planejamento das inevitáveis relações entre os dois sistemas de exploração da terra – a agricultura e a extração mineral – e ali passaram a coexistir. Na ausência dessa política e desse planejamento, ora se indenizava o proprietário pelos eventuais prejuízos causados em suas plantações, ora se desapropriavam as terras, que em seguida eram abandonadas – terras de incalculável valor agrícola, integradas no patrimônio do CNP, que não as cultivava e que, por isso mesmo, enfrentava o risco de tornar-se dono de enormes áreas desnecessárias e lamentavelmente improdutivas.

Os arrendatários, esses sistematicamente tratavam de encerrar seus compromissos e transferiam-se para outras zonas ou outras atividades. Os grandes proprietários, quer empresas quer proprietários individuais, se não conseguiam ser vantajosamente desapropriados pelo CNP, aguardavam a oportunidade e guardavam essa esperança.

O plano agrícola, entretanto, a grande inovação recentemente inaugurada no Recôncavo é o chamado cacau branco, variedade e novidade que alguns fazendeiros vêm introduzindo, em lugar da cana de açúcar, nas velhas terras do massapê.

As diferenças existentes, em diversos planos, entre a cultura da cana e a cultura do cacau, quer no que se refere aos tratamentos culturais, quer em relação às condições de mercado – parecem ser suficientes para indicar a presença de algumas mudanças também profundas, em perspectiva, mesmo no plano agrícola, na zona do açúcar, hoje talvez ameaçada de vir a ser, no futuro, uma zona de cacau branco. De fato, o tempo do crescimento do cacau diverge do da cana, e daí resulta que o problema do financiamento da produção carece de ser feito, até que a planta atinja a estatura de árvore frutífera, a prazos mais longos do que os necessários para a cana de açúcar. Por outro lado, enquanto que esta, tradicionalmente, expulsou do massapê outra agricultura, o cacau não somente concilia-se mas até pede, para efeito de sombreamento, a coexistência de árvores de maior porte. Para sombrear as plantações do cacau, enquanto ele cresce, estão plantando bananeira, que nos primeiros anos, enquanto crescem, sombrearão a árvore quando adulta; por sua vez, nos rêsos

das plantações do cacau, estão plantando mandioca e outros produtos de uma agricultura de subsistência o que em tudo se divorcia por completo do antigo padrão monocultor da cana de açúcar no Recôncavo.

Por outro lado, o cacau que se está plantando no Recôncavo como, de resto, o que há tanto tempo se planta no Sul do Estado é produto de exportação para o mercado internacional, não sendo, como o açúcar, matéria prima de indústrias acaso existentes na própria região. Até que se industrialize ali mesmo, o cacau sofre, depois de colhido, um mínimo beneficiamento que apenas consiste nas operações de secagem, para depois ser ensacado e exportado. Isto significa o desaparecimento do tradicional binômio lavoura x indústria que sempre caracterizou e fundamentou o sistema econômico e social do Recôncavo açucareiro.

Finalmente, cotejada com a do açúcar, a nascente economia cacauzeira do Recôncavo distingue-se ainda pelo fato de estar ligada, em suas relações de mercado, a uma situação competitiva, bem diversa, portanto, do sistema de quotas e da situação de controle que caracterizam as relações de mercado da economia açucareira baiana.

Em princípio, e no momento, a incipiente lavoura do cacau branco no Recôncavo abre perspectivas que interessam muito mais aos fornecedores de cana do que aos usineiros. Estes, pelo contrário, revelam a crescente preocupação de aumentar a quota de cana das suas próprias culturas, no sentido evidente de se tornarem o mais que possível auto-suficientes em relação ao fornecimento da matéria prima na hipótese, que não é imediata mas que, remotamente, não é impossível, das plantações dos fornecedores de cana progressivamente virem a se transformar em fazendas de cacau produto que, noutras regiões da Bahia, é tão típico e quase tão tradicional quanto a cana de açúcar.

Ao estímulo desses fatores que preparam e anunciam transformações mais profundas para o futuro, especialmente a exploração estatal do petróleo e as

perspectivas de renovação do padrão tradicional de agricultura a indústria do açúcar no Recôncavo apresenta também sinais de um esforço no sentido de maior racionalização de sua estrutura utilização crescente do caminhão, em lugar do carro de boi, no transporte da cana; aumento da quota da própria usina da cana moída: tendência à crescente transformação das usinas em sociedades anônimas, em lugar de empresas que eram sobretudo patrimônio de família; secularização dos rituais de “botada” que assinalam o começo da safra o que tudo revela uma acentuação, no plano da tecnologia, da estrutura das empresas, e das relações sociais, dos característicos nitidamente capitalistas do sistema industrial do açúcar no Recôncavo.

Aquêle último fato indicado a lenta transformação dos festejos da “botada”, cerimônia tradicional, acompanhada de bênção da moenda pelo vigário, oportunidade em que, na época dos engenhos, os senhores e suas famílias vinham ajoelhar no massapê para rezar junto à escravaria, que se conservou embora cada vez menos significativa, como comemoração festiva do início da safra mesmo no período das usinas, quando o proprietário concedia aos trabalhadores uma espécie de “licença geral” “comes e bebes”, foguetório, missa, casamentos, batizados, bailes, competições a lenta diluição disso tudo, que hoje é visível, traduz-se e só se explica, pelo aparecimento e funcionamento de uma nova estrutura e de um novo tipo de relações sociais, caracterizado pela contratualização crescente das relações humanas e pela crescente secularização de todas as esferas da vida social, fenômenos que constituem a trama central, no plano sociológico, do drama que hoje se desenrola no anfiteatro do Recôncavo, aqui descrito em suas grandes linhas. Tentar compreender o sentido, os fatores e as perspectivas desse processo de mudança em suas implicações sobre as relações humanas, é a tarefa que nos ocupará em seguida.

(Continuará no n° 25 da RDE)



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

Visite nosso site:

www.unifacs.br